

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

2022

**comesp**  
TJSP

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM  
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM**

## SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### COMPOSIÇÃO

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida  
**Desembargadora Coordenadora**

Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti  
**Desembargadora Vice Coordenadora**

Jucimara Esther Bueno de Lima  
**Juíza Substituta em 2º Grau**  
*\*(A partir de 26/09/2022)*

Teresa Cristina Cabral Santana  
**Juíza de Direito**

Danielle Galhano Pereira da Silva  
**Juíza de Direito**  
*\*(até 02/08/2022)*

Wendell Lopes Barbosa de Souza  
**Juíza de Direito**



# SUMÁRIO

Composição da COMESP.....	02
Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP.....	03/04
Reuniões das integrantes da COMESP.....	05
Assuntos pautados.....	05/07
Ofícios expedidos.....	07
Eventos, cursos, seminários e palestras.....	07/09
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	10/18
Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	19/64
Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	65

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
(ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO Nº 561/2012)**

**2022**

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.

Designação de funcionários para a Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP, publicada no DJE em 18/01/2013.

Instalação física da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP no Fórum João Mendes Júnior em 18/02/2013.

## Reuniões das integrantes da COMESP

Reuniões de trabalho: 06– Virtualmente pelo Microsoft Teams

Reuniões extraordinárias internas: 04 Virtualmente pelo Microsoft Teams

Reuniões extraordinárias externas: 05 virtualmente- diversas plataformas

## ASSUNTOS PAUTADOS

- Comemorações do mês da mulher e 10 anos da COMESP
- Dia internacional da Mulher
- 7 anos da Lei do Feminicídio
- Deliberação sobre a magistrada ou magistrado que representará a COMESP nas reuniões do COCEVID- Colégio de Coordenadores de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Nacional.
- Convite da Assembleia Legislativa para participação em evento online em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (08/03/2022).
- Expediente Deplan CPA nº 2022/00002500, sobre a Recomendação 124/2022 do CNJ, que recomenda aos Tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar.
- Email Dr. Alceu Corrêa Júnior, Juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São José do Rio Preto, solicitando material informativo para campanhas em escolas.
- E-mail Sr. Otoniel Ressude, 9º período do Curso de Direito da Unifev de Votuporanga, acerca de TCC a respeito da baixa punibilidade diante das medidas protetivas.
- E-mail da Dra. Fernanda Furukawa, Juíza da 1ª Vara de Socorro, solicitante auxílio no atendimento de uma vítima de violência doméstica.
- Projeto de Vida.
- Ouvidoria Nacional da Mulher
- horário de recebimento dos pedidos de medidas protetivas no Fórum da Comarca de Tabapuã, vindo das delegacias, em vista do novo horário de funcionamento dos fóruns a partir de maio 2022.
- Programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Data e organização d evento de lançamento do Projeto de Vida.
- Projeto Fênix, sugestão de realização de reunião com a Secretaria de Saúde, para avaliação do projeto, e eventuais encaminhamentos necessários.
- Solicitação Dr. Fernando Zanella de Andrade, Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/SP, solicitando realização de reunião conjunta com outras instituições para tratar das custas da retificação do registro civil das pessoas transgênero.
- Expediente Deplan 2022/42517, acerca de solicitação de Pesquisa Acadêmica.
- Aborto Legal- Reunião MPF, com Sociedades Médicas, Defensoria Pública, COMESP, SES/SP.
- Sugestão de participação em trabalho preventivo na área educacional, com foca na violência contra a mulher.
- Sugestão de tema para palestra “ Violência obstétrica X direito ao parto humanizado e dignidade da mulher”.
- Solicitação de reunião para tratar da possibilidade de construção de projeto para acolhimento de servidoras que sofram violência de gênero.
- Solicitação de estabelecimento de parceria para promoção de curso de capacitação de facilitadores de grupos reflexivos masculinos, entre Grupo NOOS, COMESP e TJSP (EPM).
- Solicitação de reunião com Dr. Edmund Baracat (Hospital das Clínicas) para tratar da implementação do novo protocolo de atendimento das vítimas de violência sexual no Estado de São Paulo.
- Providências relativas à Recomendação 124/2022 do CNJ.
- Implementação do novo protocolo de atendimento das vítimas de violência sexual no Estado de São Paulo.
- Projeto Delas Farol
- Proposta de elaboração de um livro de violência doméstica e de igualdade de gênero, parceria da EPM, COMESP e Juízes e Juízas Criminais, que atuem na área.
- Atualização da Cartilha
- Possibilidade inclusão do Projeto Delas Farol no Projeto Rompa
- Fortalecimento das Ações do Projeto Fênix
- Possível renovação do convênio entre o TJSP e a ONU mulheres.

- Discussão de propostas para aprimorar o Plantão judiciário Criminal especificamente no tocante às medidas protetivas de violência Doméstica.

- Instituto Cultura Odonto- Possibilidade de parceria para reabilitação oral para vítimas de violência doméstica.

## **OFÍCIOS:**

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2022, 16 ofícios expedidos pela COMESP.

## **EVENTOS**

- Cocevid - Belo Horizonte

20/01/2022 – Via Microsoft Teams

- Evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher “Violência Nunca Mais: Ato em Defesa da vida as Mulheres”

04/03/2022- Palácio dos Bandeirantes

- 2º I Summit #por Elas

08/03/2022 – Virtual Via Microsoft Teams

-Entrega Simbólica de Cartas de Crédito Habitacional para Mulheres Vítimas da Violência.

08/03/2022 – Sede da Prefeitura – Edifício Matarazzo

-Palestra com Juízas Afegãs- “Nós por Elas, entre histórias, memórias e o sistema de justiça e democracia no Afeganistão”.

15/03/2022- Auditório da Apamagis

-Solenidade de Posse do Conselho Superior da Magistratura e da Diretoria da Escola Paulista da Magistratura biênio 2022/2023

21/03/2022 – Palácio da Justiça

--CNJ- Treinamento sobre a Escuta Qualificada de Vítimas de Tráfico de Pessoas no contexto do fluxo venezuelano no Brasil

12/05/2022- via Microsoft Teams.

-Cocevid- Reunião ordinária

22/06/2022 – Via Microsoft Teams



**- XVI Jornada da Lei Maria da Penha**

**23/08/2022** – Formato Híbrido

**- Cerimônia de entrega do prêmio Juíza Viviane do Amaral.**

**30/08/2022** - Plenário do Conselho Nacional de Justiça, SAF Sul, Quadra 2, Lotes 5/6, Ed. Premium

**-Visita a presidente da OAB-SP, Dra. Patrícia Vanzolini.**

**26/10/2022** Local: gabinete da presidência - Rua Dona Maria Paula, 35 - 11º andar.

**- Reunião de Apoio Institucional para a Campanha dos 21 dias de Ativismo**

**03/11/2022**- Local: Via Microsoft Teams

**- Evento do Instituto Educacional Encontros da Cidade. 1º Encontro de Combate à Violência Doméstica e Familiar em Condomínios.**

**22/11/2022.** Local: Câmara Municipal de São Paulo. Palácio Anchieta/Auditório Prestes Maia  
Viaduto Jacareí nº 100- Bela Vista/São Paulo

**-V Encontro COCEVID**

**29/11/2022** Local: Auditório Desª Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos – prédio anexo ao edifício-sede do TJPA – Av. Almirante Barroso, 3.089 – Bairro Souza / Belém-PA

**-XIV FONAVID- Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**

**29/11 a 03/12/2022** Hotel Grand Mercure – Belém/PA

## **CURSOS**

**-WEBCONFERÊNCIA. Tema: Atendimento as Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual.**

**05/07/2022** – Via Microsoft Teams

**- Curso “Capacitação para a gestão de trabalhos com homens autores de violência” - NJM/TJMG**

**16/08 a 20/09/2022** – Virtual- Plataforma Cisco Webex

**WEBCONFERÊNCIA – PROJETO FÊNIX. Secretaria de Estado da Saúde**

**25/11/2022** – Evento online – Canal do Youtube

## **PALESTRAS**

**-Palestra “Programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher – Recomendação nº 124/2022 do CNJ”**

**17/08/2022**- Plataforma Teams



## SEMINÁRIOS

- Seminário sobre Representatividade Feminina no Poder Judiciário - CNJ  
03/11/2022 – Via Microsoft Teams

- Seminário: “Abordagem Interinstitucional do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero”  
25/11/2022 – Auditório da EPM- Escola Paulista da Magistratura e Plataforma Teams

## CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

- Evento de apresentação da Coordenadoria da área de Violência Doméstica e Familiar e de Gênero.  
26/04/2022 – Auditório da EPM- Escola Paulista da Magistratura

- Curso “Educação como Instrumento de Prevenção de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero”. EPM  
29/08/2022- Auditório da EPM- Escola Paulista da Magistratura

- Curso “Abordagem Interinstitucional do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero”  
25/11/2022- Presencial no auditório da EPM, 1º andar. Online via Microsoft TEAMS.

**RESOLUÇÕES,  
PORTARIAS E  
COMUNICADOS  
PUBLICADOS NO DIÁRIO  
DA JUSTIÇA  
ELETRÔNICO DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE  
SÃO PAULO  
2022**

## **PORTARIA Nº 10.054/2022**

O Desembargador RICARDO MAIR ANAFE, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, atendendo deliberação do Egrégio Conselho Superior da Magistratura,

### **R E S O L V E:**

**Artigo 1º - RECONDUZIR** a Desembargadora MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA, como Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP, até 31 de dezembro de 2023.

**Artigo 2º - DESIGNAR** a Desembargadora GILDA CERQUEIRA ALVES BARBOSA AMARAL DIODATTI, como Vice Coordenadora da referida Coordenadoria, até 31 de dezembro de 2023.

**Artigo 3º - RECONDUZIR** a Doutora DANIELLE GALHANO PEREIRA DA SILVA, Juíza de Direito, como membro da aludida Coordenadoria, até 31 de dezembro de 2023.

**Artigo 4º - DESIGNAR** a Doutora TERESA CRISTINA CABRAL SANTANA e o Doutor WENDELL LOPES BARBOSA DE SOUZA, Juízes de Direito, como membros daquela Coordenadoria, até 31 de dezembro de 2023.

**Artigo 5º - DESIGNAR**, como colaboradores, os Juízes de Direito com jurisdição em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, até 31 dezembro de 2023.

**Artigo 6º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

São Paulo, 18 de janeiro de 2022.

(a) RICARDO MAIR ANAFE, Presidente do Tribunal de Justiça

## **PORTARIA nº 035/2022**

de 26 de janeiro de 2022.

O Desembargador **JOSÉ MARIA CÂMARA JÚNIOR**, Diretor da Escola Paulista da Magistratura, no uso das atribuições que o Estatuto lhe confere:

**Institui a COORDENADORIA DA ÁREA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FAMILIAR E DE GÊNERO.**

Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

São Paulo, 26 de janeiro de 2022.

**Des. JOSÉ MARIA CÂMARA JÚNIOR** Diretor da Escola Paulista da Magistratura

Dje 27/01/2022, pág 34

## **PORTARIA nº 036/2022**

de 26 de janeiro de 2022.

O Desembargador **JOSÉ MARIA CÂMARA JÚNIOR**, Diretor da Escola Paulista da Magistratura, no uso das atribuições que o Estatuto lhe confere:

**Nomeia** a Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e as Juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa como Coordenadoras da Área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola Paulista da Magistratura de 01/01/2022 até 31/12/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

São Paulo, 26 de janeiro de 2022.

**Des. JOSÉ MARIA CÂMARA JÚNIOR** Diretor da Escola Paulista da Magistratura

Dje 27/01/2022, pág 34

## COMUNICADO CONJUNTO Nº 106/2022

(PROCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça,

**COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (Feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua vigésima edição na semana de 7 a 11 de março de 2022.

**I-SOLICITA-SE** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

**II-DETERMINA-SE** que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: [www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa](http://www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa)

- 1 - \*Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação
- 2 - \*Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha
- 3 - \*Quantidade de Audiências de Instrução
- 4 - Quantidade de Despachos Proferidos
- 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas
- 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas
- 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas
- 8 - Quantidade de Medidas Protetivas Homologadas que foram determinadas por Autoridade Policial
- 9 - Quantidade Medidas Protetivas Revogadas e que foram determinadas por Autoridade Policial
- 10 - Quantidade de Sessões do Júri
- 11 - Número de Magistrados que atuaram
- 12 - Número de Servidores que atuaram
- 13 - Número de Processos com Sentença ou Decisão (exceto despachos)
- 14 - Total Sentenças de Conhecimento COM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher
- 15 - Total Sentenças de Conhecimento SEM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher

16 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais COM Mérito em FEMINICÍDIO

17 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais SEM Mérito em FEMINICÍDIO

\*As quantidades de audiências deverão ser detalhadas pela forma de realização, indicando se no formato presencial, virtual ou híbrido.

**III-COMUNICA-SE**, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** serão realizadas:

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto e

Na última semana do mês de novembro.

Serão divulgadas, oportunamente, orientações às Unidades Judiciais quanto à possibilidade de extração automática das informações da 21ª edição da campanha diretamente do sistema SAJ/PG5.

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail [semanavioldom@tjsp.jus.br](mailto:semanavioldom@tjsp.jus.br)

Dje de 25/02/2022, pág 6/7

## **PORTARIA Nº 10.160/2022**

O Desembargador **RICARDO MAIR ANAFE**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** - **CESSAR**, a pedido, a designação da Doutora DANIELLE GALHANO PEREIRA DA SILVA, Juíza de Direito, como membro da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP.

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

São Paulo, 29 de julho de 2022. (a)**RICARDO MAIR ANAFE**, Presidente do Tribunal de Justiça

Dje 02/08/2022, pág 02

## COMUNICADO CONJUNTO Nº 506/2022

(PROCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (Feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua vigésima primeira edição na semana de 15 a 19 de agosto de 2022.

**I-SOLICITA-SE** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada desinem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

**II-DETERMINA-SE** que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: [www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa](http://www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa)

- 1 - Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação
- 2 - Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha
- 3 - Quantidade de Audiências de Instrução
- 4 - Quantidade de Despachos Proferidos
- 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas
- 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas
- 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas
- 8 - Quantidade de Medidas Protetivas Homologadas que foram determinadas por Autoridade Policial
- 9 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas e que foram determinadas por Autoridade Policial
- 10 - Quantidade de Sessões do Júri
- 11 - Número de Magistrados que atuaram
- 12 - Número de Servidores que atuaram
- 13 - Número de Processos com Sentença ou Decisão (exceto despachos)
- 14 - Total Sentenças de Conhecimento COM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher
- 15 - Total Sentenças de Conhecimento SEM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher

16 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais COM Mérito em FEMINICÍDIO

17 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais SEM Mérito em FEMINICÍDIO

**III-COMUNICA-SE**, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as **Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** serão realizadas:

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto e

Na última semana do mês de novembro.

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail [semanavioldom@tjsp.jus.br](mailto:semanavioldom@tjsp.jus.br)

Dje de 08/08/2022, pág 08

## **PORTARIA Nº 10.172/2022**

O Desembargador RICARDO MAIR ANAFE, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e atendendo deliberação do Egrégio Conselho Superior da Magistratura,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º - DESIGNAR** a Doutora JUCIMARA ESTHER DE LIMA BUENO, Juíza de Direito Substituta em 2º Grau, como Magistrada integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP, nos termos da Resolução nº 561/2012, até 31 de dezembro de 2023.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

São Paulo, 22 de setembro de 2022.

**(a) RICARDO MAIR ANAFE, Presidente do Tribunal de Justiça.**

Dje de 26/09/2022, pág 02

## SPI - Secretaria de Primeira Instância

### COMUNICADO CONJUNTO Nº 668/2022

#### (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (Feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua **vigésima segunda edição na semana de 21 a 25 de novembro de 2022**

. **I-SOLICITA-SE** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

**II-DETERMINA-SE** que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, DIARIAMENTE, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: [www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa](http://www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa)

- 1 - Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação
- 2 - Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha
- 3 - Quantidade de Audiências de Instrução
- 4 - Quantidade de Despachos Proferidos
- 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas
- 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas
- 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas
- 8 - Quantidade de Medidas Protetivas Homologadas que foram determinadas por Autoridade Policial
- 9 - Quantidade Medidas Protetivas Revogadas e que foram determinadas por Autoridade Policial
- 10 - Quantidade de Sessões do Júri
- 11 - Número de Magistrados que atuaram
- 12 - Número de Servidores que atuaram
- 13 - Número de Processos com Sentença ou Decisão (exceto despachos)



14 - Total Sentenças de Conhecimento COM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher

15 - Total Sentenças de Conhecimento SEM Mérito em Violência Doméstica contra a Mulher

16 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais COM Mérito em FEMINICÍDIO

17 - Total Sentenças de Conhecimento Criminais SEM Mérito em FEMINICÍDIO

**III-COMUNICA-SE**, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA serão realizadas:

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto

e Na última semana do mês de novembro.

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail [semanavioldom@tjsp.jus.br](mailto:semanavioldom@tjsp.jus.br)

Dje 07/11/2022 pág. 7

**NOTÍCIAS DA COMESP  
PUBLICADAS  
NO PORTAL DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE SÃO PAULO  
2022**

## Carta de Mulheres: canal on-line para prestar informações a vítimas de violência doméstica

29/01/2022



*Tribunal fornece orientações para cada caso.*

Para ajudar com informações e orientações mulheres que pensam em se afastar de um agressor, o Tribunal de Justiça de São Paulo lançou o projeto “Carta de Mulheres”. As vítimas (ou qualquer pessoa que queira ajudar uma mulher vítima de violência) acessam o formulário on-line [www.tjsp.jus.br/cartademulheres](http://www.tjsp.jus.br/cartademulheres) e preenchem os campos. Uma equipe especializada da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) responderá com as orientações.

Nas respostas, são informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. As respostas levam em consideração a situação de cada mulher e o tipo de violência (física, psicológica, patrimonial etc.). Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes.

No “Carta de Mulheres” o sigilo é garantido e a equipe atende demandas de todo o Estado de São Paulo. É preciso fornecer o endereço no formulário apenas para que a resposta possa indicar os locais corretos caso a pessoa decida buscar ajuda. O programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não haverá o encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça. Para que ocorra a notificação é necessário que a pessoa procure os locais indicados pela Comesp.

O projeto foi inspirado em ação semelhante da Justiça peruana que tem o mesmo nome - Carta de Mujeres.

Comunicação TJSP – CA (texto) / JT (arte)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## Judiciário de Adamantina auxilia implantação de conteúdo sobre combate à violência doméstica em escolas

17/02/2022



*Encontro virtual reuniu professores e alunos.*

O Poder Judiciário de Adamantina participou, ontem (17), de encontro virtual com profissionais da educação e alunos da região de Alta Paulista para conversar sobre direitos humanos e igualdade de gênero. Participaram como palestrantes a juíza Ruth Duarte Menegatti, da 3ª Vara Judicial de Adamantina, a psicoeducadora Denise Alves Freire e a professora e dirigente regional de ensino Irmes Mary Mattara. Cerca de 400 pessoas acompanharam as exposições, além dos acessos de dentro das salas de aulas. A [transmissão](#) foi resultado de parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Desde 2018 o Judiciário e o Ministério Público locais apoiam ações de combate e enfrentamento da violência contra a mulher por meio da educação. Com a publicação da Lei 14.164/21, que inclui conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, a Justiça passou a contribuir com a implementação legislativa na prática escolar.

A live “Um Convite para Mudanças” trouxe reflexões quanto à construção de uma cultura voltada à igualdade. Foram abordados conceitos de gênero, evolução do feminismo, legislações, direitos humanos e formas práticas de aplicação, no âmbito escolar, dos assuntos debatidos. Houve participação ativa dos alunos e engajamento dos professores, que terão acesso contínuo ao material exposto. O evento foi acompanhado por todas as escolas estaduais de Adamantina que funcionam em período noturno e também por equipes de outros lugares, como Dracena, Araçatuba e Ribeirão Preto. De acordo com a magistrada Ruth Duarte Menegatti, o Poder Judiciário fará trabalho de capacitação contínua desse tema na região.

“Há situações diárias no espaço escolar que revelam atitudes machistas e discriminatórias, sem que haja reação adequada contra elas”, observou a juíza. “Referidas situações são perversas, pois fazem com que as meninas saiam da escola achando que são mais frágeis que os meninos, passando a acreditar que não são capazes de fazer que os meninos fazem. Incorpora-se, deste modo, um sentimento de inferioridade e de dependência, o que alimenta o machismo, a discriminação e a violência”, afirmou. “Ademais, é cediço a importância da interrupção da violência, podendo provocar uma maior vulnerabilidade da mulher, com graves riscos e prejuízos, motivo pelo qual o espaço escolar pode também ser um grande instrumento de fortalecimento da família”, concluiu.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / Divulgação (fotos)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## 20ª Semana Justiça pela Paz em Casa começa na segunda-feira (7)

06/03/2022



*Esta é a primeira das três edições anuais.*



A 20ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça de todo país, ocorrerá entre os dias de 7 e 11 de março. Durante a semana, haverá um esforço concentrado para realização de audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de Femicídio.

As Semanas Justiça pela Paz em Casa ocorrem em três épocas do ano que marcam datas importantes de sensibilização pela igualdade de gênero: o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; a data de sanção da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em 7 de agosto; e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 25 de novembro. Com a edição da Portaria CNJ nº 15/2017 e da Resolução CNJ nº 254/2018, a Semana Justiça Pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e passou a ocorrer de forma contínua. A primeira campanha foi realizada em março de 2015.

Na 19ª edição, ocorrida em novembro passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), contabilizou 1.059 medidas protetivas de urgência e 4.809 processos com sentença ou decisão. Em relação a sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência contra a mulher, o número chegou a 644, enquanto sem resolução, 261. No total, foram 4.088 despachos proferidos. Nos formatos híbrido, presencial e virtual, foram realizadas 1.198 audiências, além de 133 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha.

Na programação deste ano na Comarca de São José do Rio Preto, o juiz Alcêu Corrêa Junior, da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, apresentará os projetos e serviços da unidade na Câmara Municipal, no Dia da Mulher, e proferirá palestra para guardas municipais no dia seguinte.

Já na Comarca de Tabapuã, a juíza Patrícia da Conceição Santos coordenará, ao longo da semana, uma série de atividades relacionadas ao tema nos municípios de Tabapuã, Catiguá e Novais, com o apoio das Prefeituras locais e respectivas secretarias de Saúde e Assistência Social. A programação conta com palestras, atividades em escolas, distribuição de materiais informativos e uma palestra especial no dia 8/3, no teatro Gigi de Tabapuã, com o tema “Garantias e Avanços dos Direitos das Mulheres”.

Comunicação Social TJSP – SB e DM (texto) / AD (arte)  
[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## Judiciário paulista participa da entrega de cartas de crédito habitacional a mulheres vítimas de violência doméstica

08/03/2022



*Vice coordenadora da Comesp prestigia ato na Prefeitura de SP.*

O Judiciário paulista participou, hoje (8), da cerimônia de Entrega Simbólica de Cartas de Crédito Habitacional para Mulheres Vítimas de Violência, realizada pela Prefeitura de São Paulo, para celebrar o Dia Internacional da Mulher. A vice coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, esteve presente ao evento, representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Fernando Antônio Torres Garcia. A Prefeitura entregou cartas de crédito habitacional a 1.202 mulheres vítimas de violência cadastradas no banco de dados da Cohab e da Secretaria municipal de direitos Humanos e Cidadania. Com a carta, elas poderão adquirir imóveis na Capital paulista avaliados em até R\$180 mil.

"As políticas públicas que coíbem a violência e ajudam a romper o ciclo de violência contra a mulher devem ser privilegiadas e a questão da habitação é vital neste sentido", afirmou a desembargadora Gilda Diodatti. "Quando as mulheres se conscientizam da violência sofrida e buscam ajuda para romper com o ciclo, o maior empecilho é a moradia. Elas conseguem se organizar para prover o sustento dos filhos, mas garantir o teto é bem mais difícil. Elas não têm como abrigá-los e, por isso, acabam perpetuando a situação de violência. Já contamos com instituições que acolhem a mulher em situação de violência e, com este projeto da Prefeitura Municipal de São Paulo, estamos dando um passo à frente."

O prefeito Ricardo Nunes agradeceu ao público presente – totalmente composto por mulheres – e falou sobre as ações da prefeitura voltadas à população feminina. "Estamos atentos às necessidades das mulheres, especialmente às vítimas de violência", afirmou.

“Grande parte das mulheres vítimas de violência doméstica mantêm o sustento da casa e disponibilizar crédito imobiliário para elas é o reconhecimento histórico da luta dessas mulheres para garantir o bem-estar dos filhos com independência e dignidade”, declarou a juíza Vanessa Ribeiro Mateus, presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), que também participou do evento.

Completaram a mesa de honra da cerimônia a secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Claudia Carletto; a secretária executiva do projeto Mananciais da Secretaria Municipal de Habitação, Elisabete França; a secretária executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância da Secretaria Municipal da Saúde, Sandra Sabino; e a vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereadora Rute Costa. Secretárias municipais, vereadoras e representantes da sociedade civil também prestigiaram o evento.

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / PS (fotos)  
[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## Comesp comemora uma década com homenagem a todas as mulheres



08/03/2022

*Setor promove ações de combate à violência de gênero.*

Há exatos dez anos, a Resolução nº 561/12 revolucionaria o Tribunal de Justiça de São Paulo no que tange à prevenção e ao combate à violência de gênero. A criação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) marcou a transformação que se observou no Judiciário paulista. A lista de iniciativas e projetos realizados é enorme. A repercussão e os efeitos são visíveis e positivos. O caminho a percorrer, entretanto, continua árduo frente ao crescente número de casos registrados e à preocupante subnotificação relativa ao tema.

A sigla Comesp foi escolhida por unir a Coordenadoria ao Estado de São Paulo pela letra inicial da palavra mulher. Uma década depois, a Comesp repagina seu visual e apresenta seu novo logotipo com destaque para o mesmo “m” e para a simbologia do gênero feminino. A cor lilás reforça o apoio à causa “agosto lilás”, de conscientização e combate à violência contra a mulher.

“É muito gratificante ver o resultado do trabalho da Comesp nas diversas comarcas do estado e na Capital. Temos a comemorar conquistas e reconhecimento e a agradecer todo o apoio que recebemos dos diversos presidentes do Tribunal ao longo desses 10 anos. A Coordenadoria é referência em direitos das mulheres, mas sabemos que não podemos parar de evoluir e de buscar alternativas para combater a desigualdade e a violência de gênero”, destaca a coordenadora, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, à frente da Comesp desde novembro de 2020, quando da saída e posterior aposentadoria da única anterior ocupante do cargo, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida.

A trajetória foi escrita com parcerias exitosas, como a realizada no Projeto Fênix, entre TJSP, Secretaria de Estado da Saúde e a Oscip Turma do Bem para reparação gratuita estética, ortopédica e odontológica para vítimas de violência doméstica e de gênero; nas rodas de conversa com profissionais da saúde e professores de escolas públicas do estado para combater atitudes machistas precursoras das diversas formas de violência contra as mulheres; e na participação em mais de 360 reuniões de trabalho com órgãos, autarquias e diversas instituições e coletivos que atuam na área.

A conscientização é uma das tônicas principais do trabalho da equipe, composta também pela vice coordenadora, desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, por duas juízas, um juiz e quatro servidoras, o que inclui respostas às consultas do [Carta de Mulheres](#), lançado durante a pandemia para orientar vítimas e testemunhas de violência a quem recorrer e sobre os procedimentos legais para cada tipo de caso, além de iniciativas como CineDebate, DeVida, Desatando Nós; campanhas “[#Rompa o silêncio, você não está sozinha](#)” (pelos dez anos da Lei Maria da Penha); “[Juntos podemos parar o Abuso Sexual nos Transportes](#)” (em parceria com concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos); [Feminicídio – Isso tem nome](#); [Vídeo Silencioso](#); e, mais recentemente, [Projeto Rompa](#) que, em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), realizou, em dezembro de 2021, a entrega da 1ª edição do Prêmio Rompa o Ciclo da Violência, dando visibilidade a iniciativas de magistradas, magistrados e da sociedade civil para romper o ciclo da violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao Feminicídio.

### **Comesp**

10 anos de serviços prestados à prevenção e ao combate à violência de gênero

10 anos de combate ao machismo

10 anos de incentivo ao empoderamento das mulheres

10 anos de defesa de direitos

### **Comesp em números**

**26 varas e anexos de Violência Doméstica**  
Capital – 11 varas e 1 anexo na Casa da Mulher Brasileira

Interior e Grande São Paulo – 7 anexos e 7 varas

**46** cursos, palestras e seminários

**367** reuniões de trabalho com parceiros

**2094** respostas no Carta de Mulheres (desde 2020)

Realização em São Paulo do **XI Fonavid** – Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, com participação de **350 magistrados** de todo o país

### **A lei que alterou o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos**

Em 9 de março, a Lei Federal nº 13.104 (“Lei do Femicídio”) completa sete anos. Criada um dia após o Dia Internacional da Mulher, a norma alterou o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, tratando de mortes violentas de mulheres pela única razão de serem mulheres, estabelecendo esse tipo de crime como circunstância qualificadora, bem como o incluindo no rol dos hediondos. O crime de homicídio simples prevê pena de seis a 20 anos de reclusão, enquanto no Femicídio, crime qualificado desde que a lei entrou em vigor, a punição parte de 12 anos de prisão.

A ideia da nova legislação nasceu de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), do Congresso Nacional, sobre Violência contra a Mulher, que verificou crimes ocorridos no Brasil entre março de 2012 e julho de 2013. No entanto, a lei não enquadra todo assassinato de pessoas do sexo feminino como ato de Femicídio, sendo considerados os atos de violência no contexto doméstico ou familiar (laço afetivo ou grau de parentesco) e, ainda, o menosprezo ou discriminação contra a condição da mulher (misoginia, objetificação).

A pena do Femicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra mulheres com menos de 14 anos, mais de 60 anos ou com deficiência; ou na presença de filhos ou pais da vítima. O Femicídio pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por mulheres.

### **No TJSP, pela primeira vez, mulheres presidem a banca de concurso que aprovará futuros integrantes**

A banca examinadora do 189º Concurso de Ingresso na Magistratura é presidida apenas por mulheres. São elas as desembargadoras Silvia Rocha (titular), Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (1ª suplente) e Luciana Almeida Prado Bresciani (2ª suplente).

A magistrada Silvia Rocha contou um pouco de sua trajetória, falou sobre as mulheres no Judiciário e destacou o que se espera de um candidato a integrar o maior Tribunal brasileiro.

### **O que a motivou a optar pela carreira de magistrada?**

Foi, efetivamente, uma opção. Na época, em 1984, quando o 150º Concurso de Ingresso na Magistratura de São Paulo teve início, havia oito juízas e cerca de 1,2 mil juizes. Foi admitido o ingresso de mulheres na Magistratura paulista em 1980. A dificuldade, portanto, era óbvia e, por isso, tentávamos outras carreiras. Eu prestava simultaneamente o concurso para ingresso no Ministério Público estadual, do qual desisti quando fui aprovada na Magistratura, por estar convencida de que ser juíza era minha vocação. Jamais me arrependi, ao contrário, como magistrada sinto-me realizada e aprendo continuamente.

**Como a senhora vê o papel da mulher no Tribunal, atualmente, em comparação à época em que ingressou na Magistratura?**

O papel da magistrada sempre foi o mesmo dos magistrados, desde que se admitiu o ingresso de mulheres na Magistratura. A ocupação de cargos e funções por elas, no Tribunal, foi e é questão de tempo, como não poderia deixar de ser. O que mudou, não só na Magistratura, mas na generalidade das profissões, foi a aceitação de que as mulheres podem exercer quaisquer funções e ocupar quaisquer cargos para os quais se qualifiquem. Distinções decorrentes de preconceito e a violência, física ou moral, dele derivada, são cada vez menos institucionais e mais relacionadas a idiossincrasias, interesses pessoais e à ignorância, mas seguem sendo inadmissíveis.

**Quais são os principais desafios de uma comissão de concurso?**

O principal desafio é apurar quem são os candidatos mais bem preparados técnica e intelectualmente, com mais maturidade, equilíbrio, idoneidade e vocação para entender a relevância da Magistratura. Depois, é muito desafiador realizar concurso com número muito grande de candidatos – cerca de 22 mil inscritos no concurso atual – de maneira absolutamente idônea, transparente e organizada, enfrentando regras rígidas, que determinam a sua longa duração e ensejam número muito grande de recursos, no mais das vezes sem pertinência.

**A senhora teria alguma mensagem para as mulheres que sonham em entrar na Magistratura?**

Não se distinguem homens e mulheres que sonham em ingressar na Magistratura de São Paulo, assim como não se distinguem raça, cor, credo e religião. Distinguem-se pessoas habilitadas, preparadas, maduras, cujos sonhos traduzem-se no ideal de promover a Justiça, mas que sabem, sem ilusão e sem ingenuidade, que ser magistrado ou magistrada, de todos os graus, implica muito trabalho, dedicação, compromisso e senso de dever. Nas mãos e na consciência dos juízes e juízas estão todos os litígios, públicos e privados, de cujas soluções dependem a paz individual e social, a manutenção da ordem e da liberdade.

**Presença feminina em algumas instituições do sistema de Justiça do país**

	Total de Integrantes	Mulheres	% Feminino
Supremo Tribunal Federal	1.188	541	45,5%
Superior Tribunal de Justiça	2.916	1.409	48,3%
Magistratura nacional <sup>1</sup>	17.988	6.980	38,8%
Tribunal de Justiça de São Paulo	40.655	22.177	54,5%
Advocacia nacional <sup>2</sup>	1.254.577	632.764	50,4%
Advocacia paulista (OAB-SP) <sup>3</sup>	338.578	171.332	50,6%
Ministério Público de São Paulo	7.495	3.587	47,8%
Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	1.391	721	51,8%
Defensoria Pública de São Paulo	1.651	922	55,8%
Tribunal de Justiça Militar de São Paulo	211	89	42,1%

<sup>1</sup> Dados do Conselho Nacional de Justiça / <sup>2</sup> Dados de 4/3/22 relativos ao número de advogados registrados na OAB / <sup>3</sup> Dados de 4/3/22 relativos ao número de advogados registrados na OABSP

N.R.: texto originalmente publicado em 8/3/22.

Comunicação Social TJSP – CD, GA, SB (texto) / JT e MK (layout) / Jorge Rosenberg (foto)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## TJSP na Mídia – Conjur noticia os dez anos da Comesp

09/03/2022



O portal [Conjur](#) veiculou, nesta terça-feira (8), matéria sobre a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), que comemora uma década de existência. Com base em [reportagem do TJSP](#) publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do mesmo dia, o texto destaca a trajetória da Coordenadoria nos últimos dez anos, citando algumas das parcerias exitosas e das atividades desenvolvidas, todas voltadas ao combate à violência de gênero e ao apoio a mulheres nesta situação. Já o [Valor Econômico](#), na edição de hoje (9), publicou notícia sobre “litigância predatória” e as ações do Judiciário para enfrentar o problema - entre elas o trabalho desenvolvido pelo TJSP no Núcleo de Monitoramento dos Perfis de Demandas da Corregedoria Geral da Justiça (Numopede).

**Comesp** - A reportagem menciona iniciativas como o Projeto Fênix, o Carta de Mulheres (com 2.094 respostas) e o Projeto #Rompa, além da realização de cursos, palestras e seminários (46 no total) e reuniões de trabalho com órgãos, autarquias, instituições, coletivos e demais parceiros (367 reuniões ao todo).

O texto ressalta que, pela primeira vez na história do Judiciário paulista, mulheres presidem a banca examinadora do Concurso de Ingresso na Magistratura. Uma delas, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (1ª suplente), está à frente da Comesp desde a saída e posterior aposentadoria da desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, em 2020.

Confira a [matéria](#) no site do Conjur.

**Numopede** – De acordo com a notícia, a prática da litigância predatória causa prejuízos bilionários para os tribunais brasileiros. Em São Paulo, o Numopede identificou ao menos 200 advogados que atuam com litigância predatória, informou ao Valor Econômico o juiz assessor da Presidência e integrante do Centro de Inteligência do Tribunal, Alexandre Andretta dos Santos.

O magistrado exemplificou que na Comarca de Ribeirão Preto quatro ou cinco advogados distribuíram mais de 40 mil ações, aumentando de um para três anos o tempo médio de resposta do Judiciário, desde a proposição das ações até a sentença. Quando um juiz desconfia, envia a suspeita para a Corregedoria. O Numopede então analisa e, se for o caso, emite alerta para todos os magistrados.

Leia a [matéria](#) do Valor Econômico (exclusiva para assinantes).

## 20ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa movimenta Judiciário paulista

18/03/2022



*Comarcas do interior realizaram ações.*

A 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa – iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica –, realizada entre os dias 7 e 11 de março, contou com diversas iniciativas e um esforço conjunto para realização de audiências voltadas ao tema. Com o apoio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), registrou-se uma média diária de 337 magistrados e 1.100 servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo atuando em ações ligadas à campanha.

Durante a 20ª Semana, foram concedidas 1.287 medidas protetivas, aumento de 21,5% em relação ao contabilizado na 19ª edição (1.059). Também foram registrados 5.110 processos com sentença ou decisão. Em relação às sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência contra a mulher, o número chegou a 573, enquanto sem resolução foram 273. No total, o Judiciário paulista proferiu 4.543 despachos e realizou 146 sessões de júri.

Nesta edição, nos formatos híbrido, presencial e virtual, foram realizadas 1.207 audiências, sendo: 952 audiências de instrução (sessão pública que conta com a presença das partes, advogados e testemunhas, que produzem os elementos probatórios de convencimento do magistrado) e 52 audiências preliminares (oportunidade que as partes têm para chegar a um acordo), de acolhimento (que permite a verificação, pelo julgador, do cumprimento das medidas protetivas concedidas) e justificação (que possibilita ao juiz

verificar os requisitos autorizadores das medidas protetivas postuladas), além de 203 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha.

Nas comarcas de Adamantina, São José do Rio Preto e Tabapuã, foram realizadas ações especiais durante a semana. Confira:

### **Adamantina**

A juíza Ruth Duarte Menegatti, da 3ª Vara de Adamantina, coordenou os trabalhos no município, em Mariápolis e em Pacaembu. As atividades, desenvolvidas nas redes de ensino municipal e estadual, abrangeram temas relativos ao universo feminino, racismo, meio ambiente e conflitos entre países, com a participação de professores, pais e alunos. No total, cerca de 150 docentes e 390 estudantes foram envolvidos pelo projeto.

Ao longo da semana, além da juíza Ruth Duarte Menegatti, diversos profissionais palestraram no sistema escolar: o juiz da 2ª Vara de Adamantina Carlos Gustavo Urquiza de Scarazzato; o promotor de Justiça Marlon Roberth de Sales; a advogada Elaine Maia Nascimento; a professora e dirigente regional de ensino Irmes Mary Mattara; a psicoeducadora Denise Alves Freire e a pedagoga Denise Conde Godinho Farias Rocha. Também houve parceria com a 3ª Cia de Polícia Ambiental e Secretaria de Educação de Mariápolis num projeto que promoveu a soltura de pássaros na mata ciliar do município com a participação de alunos do ensino fundamental. “Os resultados positivos demonstram o empenho do Judiciário de Adamantina e Pacaembu por uma educação preventiva para o enfrentamento da questão da igualdade e com foco nos Direitos Humanos”, afirmou a juíza Ruth Duarte Menegatti.

### **São José do Rio Preto**

O juiz Alcêu Corrêa Junior, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São José do Rio Preto, participou das comemorações em alusão ao Dia Internacional da Mulher, realizadas na Câmara Municipal da cidade, cujo tema foi “Apresentação dos projetos e serviços da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José do Rio Preto”. O magistrado também fez palestra voltada a guardas civis que participam da Patrulha Maria da Penha.

### **Tabapuã**

A juíza Patrícia da Conceição Santos, da Vara de Tabapuã, esteve à frente de diversas atividades desenvolvidas na região. No Município de Ibirá, grupos de mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras), pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e pelo Programa Flor de Lis realizaram, em parceria com a Secretaria de Cultura de Catiguá, roda de conversa e reflexão sobre empoderamento feminino. Também foram entregues panfletos e balas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e pela conscientização da população para a importância da campanha da Semana da Justiça pela Paz em Casa. Palestras voltadas majoritariamente ao público feminino foram ministradas pelos advogados Gustavo Fernandes, Francine Neves e Mariana Ianes. Também aconteceram

ações em parceria com o Departamento de Assistência Social e Proteção Especial - Órgão Gestor; Grupo de Apoio Amor Exigente; secretarias de Educação e Cultura; Cras; e Departamento Municipal de Assistência Social.

Em Novais, materiais informativos sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa foram distribuídos em estabelecimentos da cidade. Materiais de divulgação também foram entregues em residências e à pacientes à espera de atendimento em unidades de saúde. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a primeira-dama da cidade, Tamyris Brachi Pinheiro, participou do projeto “Mulheres em Ação”.

Atividades na rede municipal de ensino sobre cuidado e respeito com as mulheres foram realizadas em Tabapuã, junto à distribuição de panfletos pela cidade. Participaram das ações a secretária de Cultura e Turismo, Carla Prado; os advogados Gustavo Fernandes e Francine Neves; o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) do Cras e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A próxima edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa acontecerá entre os dias 15 e 19 de agosto (21ª) e de 21 a 25 de novembro (22ª), fechando as três edições anuais.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / Divulgação (fotos)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## TJSP na Mídia: Folha de S. Paulo noticia aumento de prisões de agressores e de medidas protetivas

11/04/2022



*Juíza da Comesp concedeu entrevista para matéria.*

O jornal [Folha de S. Paulo](#), na edição deste domingo (10), noticiou com destaque o aumento do número de agressores de mulheres presos em São Paulo. De acordo com a matéria, a população carcerária paulista diminuiu 12% em cinco anos, enquanto o número de presos por agredir e ameaçar mulheres aumentou em 43%, passando de 2.612 para 3.737 condenados, sem considerar os crimes de homicídio e Feminicídio. A juíza Teresa Cristina Cabral, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), foi uma das entrevistadas sobre o tema.

De acordo com o texto, houve subnotificação de crimes contra as mulheres na pandemia, pois muitas vítimas ficaram isoladas em casa com o agressor. A juíza Teresa Cristina Cabral do Tribunal de Justiça de São Paulo falou sobre os desafios enfrentados durante a Covid-19. “Sabíamos que a pandemia, por causa do isolamento social, exigia medidas rápidas para as vítimas denunciarem. Começamos imediatamente a fazer reuniões online, sobre como enfrentar a violência de gênero, sem atendimento presencial”, afirmou.

Dados do TJSP mostram que o esforço resultou em aumento no número de medidas protetivas. Em 2016, foram expedidas 20,1 mil e, em 2021, foram 66,4 mil, uma alta de 230%. Somente no primeiro bimestre deste ano, foram 11,9 mil, representando cerca de oito por hora.

Saiba mais na [íntegra](#) da notícia.

Comunicação Social TSJP – SB (texto) / LF (arte)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## Julgamento com perspectiva de gênero’ será tema de palestra na EPM

11/04/2022



*Inscrições podem ser feitas até o dia 24.*

No dia 26 de abril será promovido o evento de Apresentação da Coordenadoria da área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola Paulista da Magistratura (EPM), sob a responsabilidade

da desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e das juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Correa. Será discutido o tema “Julgamento com perspectiva de gênero”, com exposições dos juízes Camila de Jesus Mello Gonçalves e Mario Rubens Assumpção Filho e da professora Silvia Pimentel.

O encontro será realizado das 10 às 12 horas no novo auditório da Escola, localizado no andar térreo. São oferecidas 50 vagas presenciais e 800 vagas a distância, gratuitas e abertas aos públicos interno e externo. Serão emitidos certificados somente para os participantes na modalidade presencial.

As [inscrições](#) estão abertas até o dia 24 de abril. Os inscritos serão matriculados automaticamente (mais informações no [edital](#)).

Comunicação Social TSJP – MA (texto) / LS (arte)  
[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## Projeto “Carta de Mulheres” completa dois anos

28/04/2022



*Iniciativa já auxiliou mais de 2 mil pessoas.*

Há dois anos, o Tribunal de Justiça de São Paulo criou um projeto para ajudar, com orientações, mulheres que querem se afastar de um agressor ou pessoas que queiram ajudá-las: o “Carta de Mulheres”. Inspirado em ação semelhante da Justiça peruana, chamada Carta de Mujeres, foi lançado em 7 de abril de 2020, no início da pandemia. Desde então, 2.111 mensagens foram recebidas pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), que coordena as atividades. Isso

significa que mais de 2 mil vítimas receberam informações sobre como agir, como denunciar, quais os locais de atendimento e os tipos de medidas protetivas existentes.

De acordo com relatório produzido pela Comesp, a maior parte das mensagens recebidas no Carta de Mulheres é proveniente da capital paulista: nos últimos dois anos, foram 744 pedidos, além de 752 da Grande São Paulo, Litoral e Interior. Mas, com ampla divulgação na mídia, o canal tem recebido demandas de todos os estados da federação. Fora dos limites de São Paulo, o maior número de pedidos veio do Rio de Janeiro (103), seguido de Minas Gerais (72), Paraná (62) e Santa Catarina (34). “O fato de o projeto ter alcançado pessoas de outros estados reforça a importância da criação e fortalecimento de políticas públicas de combate à violência doméstica, em âmbito nacional e, também, em cada estado brasileiro”, afirma a coordenadora da Comesp, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida.

### **Aumento do número de medidas protetivas**

A forma de violência mais reportada nas mensagens recebidas pelo “Carta de Mulheres” é a psicológica, presente em 1.771 casos, seguida de moral (1.379) e física (1.061) – é possível indicar mais de um tipo de violência no formulário. Quanto aos agressores, os dados da Coordenadoria revelam que a maior parte é composta por maridos ou companheiros das vítimas (669), ex-maridos (621) e ex-namorados (218). Vale lembrar que os números abrangem o período da pandemia de Covid-19, que impôs à população o isolamento social e, assim, fez com que mulheres ficassem confinadas com seus agressores.

A população está cada vez mais consciente dos direitos das mulheres e como combater esse tipo de violência. Prova disso é que o número de medidas protetivas de urgência concedidas no Estado de São Paulo cresceu nos últimos dois anos. Em 2019, foram contabilizadas 46.934 concessões. Em 2020, este número passou a 52.610 e, em 2021, saltou para 66.389. A vice coordenadora da Comesp, desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, que passou a integrar a equipe este ano, ressalta a importância de campanhas sobre o tema e o apoio da imprensa com matérias que abordam o combate à violência de gênero e os direitos das mulheres. “O Tribunal atua com afinco para levar essas informações à população, especialmente durante o período pandêmico?” Ela lembra que, em março de 2020, a Corregedoria Geral da Justiça excluiu a obrigatoriedade de apresentação do boletim de ocorrência para instauração de processos de violência doméstica e destaca o lançamento do Projeto #Rompa, do TJSP, em 2021. “Todas essas ações, assim como o ‘Carta de Mulheres’, foram importantes para encorajar mulheres a denunciarem abusos e pedirem ajuda.”

### **Como funciona**

No “Carta de Mulheres”, as vítimas (ou qualquer pessoa que queira ajudar uma mulher vítima de violência) acessam o formulário on-line [www.tjsp.jus.br/cartademulheres](http://www.tjsp.jus.br/cartademulheres) e preenchem os campos. Uma equipe especializada da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) responde com as orientações.

Nas respostas, são informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. As respostas levam em consideração a situação de cada mulher e o tipo de violência (física, psicológica, patrimonial etc.). Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes. O sigilo é garantido. O programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não haverá o encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça. Para que ocorra a notificação é necessário que a pessoa procure os locais indicados pela Comesp.

*N.R.: texto originalmente publicado no DJE de 27/4/22.*

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / LF (diagramação e arte)  
[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## EPM promove evento inaugural da Coordenadoria da área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero

28/04/2022



*Foi discutido o tema ‘Julgamento com perspectiva de gênero’.*

Com debates sobre o tema “Julgamento com perspectiva de gênero” foi realizado na terça-feira (26) o evento de **Apresentação da Coordenadoria da área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero** da Escola Paulista da Magistratura (EPM), com exposições da procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena, dos juízes Camila de Jesus Mello Gonçalves e Mario Rubens Assumpção Filho e da professora Silvia Carlos da Silva Pimentel.

A abertura dos trabalhos foi feita pela desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, conselheira da EPM e vice coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). Ela agradeceu a participação de todos, em especial dos palestrantes, e manifestou a satisfação pela realização do evento e pela criação da Coordenadoria da área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero. “A Escola cumpre o seu papel como um espaço do Poder Judiciário de promoção da igualdade e combate à violência e à opressão e para isso precisamos ter uma coordenadoria própria para esse tema, que é atual e urgente”, ressaltou. Ela destacou o Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que

visa estabelecer novos parâmetros de enfrentamento da questão, entre eles a capacitação de magistrados para a abordagem da temática de maneira a promover a igualdade em situações desiguais.

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Comesp e responsável pela Coordenadoria da área de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EPM, juntamente com as juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa, agradeceu à direção da Escola pela criação da coordenadoria e às demais coordenadoras. Também destacou a importância do tema em debate e ressaltou o trabalho dos palestrantes, agradecendo a participação de todos.

Silvia Pimentel ressaltou a necessidade da capacitação para lidar com as questões da violência de gênero e compreender a dinâmica dos crimes psicológicos como o *stalking* e as dificuldades para mudar mentalidades patriarcais e machistas e padrões culturais e sociais. Ela enfatizou a importância da participação dos homens nesse processo de busca da igualdade de gênero e destacou a Recomendação nº 128/2022 do CNJ, que preconiza a adoção do Protocolo para que seja alcançada a igualdade. “Os estereótipos de gênero permeiam, consciente ou inconscientemente, a atividade jurisdicional e podem reproduzir inúmeras formas de discriminação e de violência”, salientou.

A procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena, ex-conselheira do CNJ e coordenadora do grupo de trabalho para elaboração do Protocolo, esclareceu que ele visa instalar uma política judiciária de igualdade de gênero e de maior participação feminina no Poder Judiciário. Ela ressaltou a importância de se adotar uma nova perspectiva, para que se realize o direito à igualdade e à não discriminação, identificando as diferenças entre as pessoas, reconhecendo-as e garantindo que o tratamento dado a elas pelo sistema de Justiça não se traduza em obstáculo para que desfrutem de seus direitos.

A juíza Camila Gonçalves, também conselheira da EPM, conceituou estereótipo como uma visão generalizada ou uma preconceção sobre os atributos ou características dos integrantes de um grupo ou sobre os papéis que devam cumprir. Ela explicou que a perspectiva de gênero no julgamento está relacionada ao aspecto prescritivo do tema, porque na ideia de ser mulher estão embutidas noções de como ela deve ser e se comportar. Acrescentou que essa perspectiva envolve também aspectos ligados à sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. “Julgar com perspectiva de gênero significa reconhecer as violências que podem ser derivadas do não cumprimento das normas de gênero, quer por orientação sexual, quer por identidade de gênero ou mesmo como mulher”, esclareceu. E ressaltou que o protocolo não se aplica somente ao Direito Penal, mas a outros ramos, como o Previdenciário e o Trabalhista, entre outros.

Encerrando as exposições, o juiz Mario Rubens Assumpção Filho discorreu sobre o crime de perseguição ou *stalking*, tipificado pela Lei nº 14.132/21, que inseriu o artigo 147-A no Código Penal. Ele conceituou o crime como o conjunto de atos violentos e incessantemente reiterados contra a privacidade e/ou intimidade da vítima, no âmbito digital ou tangível, caracterizado também como violência psicológica exercida por meio de uma violência simbólica, aquela que se realiza num campo específico, como a intimidade da família. Ele explicou que o *stalking* envolve vários atos, muitos deles não crimes, e observou que a vítima não consegue mensurar a violência no tempo e no espaço. “Essa violência simbólica é a mensagem de que o perseguidor não vai largar da vida da vítima. Ele vai viver a vida anexo à vida dela”, esclareceu. Destacou também as classificações e as fases do comportamento do perseguidor e a relação estreita do *stalking* com o Feminicídio e outros crimes relacionados à violência doméstica. “Não exijam a prova da violência psicológica. A palavra da vítima é muito importante”, frisou.

O encontro teve a presença do diretor da EPM, desembargador José Maria Câmara Júnior; do desembargador Edison Aparecido Brandão e da juíza Erika Silveira de Moraes Brandão, entre outros magistrados, servidores e outros profissionais, que participaram presencialmente e a distância.

## Vara de Violência Doméstica de Ribeirão Preto adere ao projeto VIDA

16/06/2022



*Parceria com a PMESP para melhorar a segurança.*

O projeto VIDA (Vigilância, Inteligência, Defesa e Ação) chegou à sede da 6ª Região Administrativa Judiciária (Ribeirão Preto). A Vara da Violência Doméstica e Familiar aderiu à iniciativa e a implementou na comarca em março deste ano. Trata-se de uma parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Polícia Militar, criada em 2018 para fiscalização do cumprimento de decisões judiciais que concedem medidas protetivas e cautelares diversas da prisão.

No VIDA, o aplicativo utilizado pela Polícia Militar em equipamentos (*smartphones e tablets*) instalados nas viaturas fornece a localização georreferencial da pessoa fiscalizada ou protegida, além de informações sobre restrições, crime cometido e foto, entre outras. O dispositivo também emite avisos sonoros e visuais da localização da pessoa, sempre que a viatura estiver passando próximo de sua residência. Em relação às medidas previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), o VIDA proporciona a identificação pela PM da residência onde se encontra a vítima de violência doméstica, seguida de monitoramento e visita pelo patrulheiro.

A Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Ribeirão Preto foi criada em novembro de 2021 e conta com cerca de 6,2 mil processos em andamento (dados de maio/22). Desde a implantação do projeto, em 22 de março, foram realizados 449 registros de medidas protetivas de urgência. Além disso, já foram efetuadas 354 fiscalizações pela Polícia Militar e registrados em boletins de ocorrência 22 descumprimentos, números expressivos, como explica o juiz titular da unidade, Caio César Melluso. “A

curta experiência neste ofício judicial com o projeto já foi capaz de evidenciar o máximo impacto através do mínimo esforço, considerando que os recursos humanos empreendidos para a alimentação do sistema da Polícia Militar são mínimos”, afirma o magistrado. “O cadastro é realizado de forma simples e ágil, viabilizando, de forma célere e efetiva, através de rondas policiais, o controle preventivo das diversas práticas de violência contra a mulher.”

Inicialmente lançado em 2019 em Sertãozinho e Araraquara, o aplicativo foi rapidamente habilitado para uso em todas as comarcas que compõem a Unidade Regional do Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim), por conta dos bons resultados obtidos. Até o momento, 34 comarcas da região aderiram à iniciativa. No período de novembro de 2019 (data de lançamento do projeto) a maio de 2022, a 6ª RAJ registrou, somente na área de violência doméstica, 1866 medidas protetivas, 247 fiscalizações realizadas pela Polícia Militar e apenas 28 descumprimentos relatados.

“A expansão do Projeto VIDA na região de Ribeirão Preto, capitaneada pelo Deecrim da 6ª RAJ, em parceria com a Polícia Militar, vem proporcionando experiências inovadoras, seja na evolução tecnológica do sistema, seja no aumento significativo das fiscalizações, gerando na população usuária o tão esperado respeito às decisões judiciais”, explica o magistrado Hélio Benedini Ravagnani, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sertãozinho e auxiliar do Deecrim da 6ª RAJ.

As medidas protetivas e cautelares aplicadas – diversas da prisão, bem como regime aberto, livramento condicional, *sursis*, saída temporária e prisão domiciliar – são efetivamente fiscalizadas. Quando o réu/sentenciado descumpra as condições a ele impostas, o aplicativo é alimentado com informações dos processos judiciais e dos sistemas policiais, possibilitando a rápida comunicação ao Poder Judiciário, facilitando a fiscalização e tornando as decisões judiciais mais eficazes.

Entre outubro e dezembro de 2021, o projeto VIDA foi expandido para a 8ª RAJ – São José do Rio Preto. Em um primeiro momento, a iniciativa se mostrou fundamental para a fiscalização dos presos em saída temporária de final de ano. Com o programa implantado e finalizado o treinamento dos policiais, a Polícia Militar fiscalizou 534 sentenciados que declinaram endereços na área de abrangência do Deecrim da 8ª RAJ. Foram registrados 187 boletins de ocorrência de descumprimento às restrições do benefício, sendo que, destes, 75 eram relativos a sentenciados do Deecrim local.

“Assim que a PM nos informou o descumprimento, recebemos os boletins de ocorrência e, mesmo no recesso forense, decidimos imediatamente, em sua maioria, pela sustação cautelar do regime semiaberto e expedimos um total de 50 mandados de prisão”, relata o juiz Evandro Pelarin, responsável pelo Departamento Estadual de Execução Criminal da 8ª Região Administrativa Judiciária – São José do Rio Preto. Segundo o magistrado, o projeto VIDA contribui, efetivamente, para o cumprimento da lei e traz segurança à população, que sabe que os sentenciados estão sendo efetivamente fiscalizados durante a saída temporária. “Ademais, conforme avaliação dos comandantes da PM local, esse trabalho de fiscalização permanente dos sentenciados no regime semiaberto, por meio do VIDA, contribuiu também para melhorar a segurança pública.”

*N.R.: texto originalmente publicado no DJE de 15/6/21.*

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / MK (layout)

[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## Agosto Lilás: Mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher

04/08/2022



### *Iniciativas colaboram com a proteção das vítimas.*

A Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Pena, completará 16 anos de promulgação no próximo dia 7, motivo pelo qual o mês de agosto foi escolhido para marcar a conscientização pelo fim da violência contra a mulher, ampliando os conhecimentos sobre os dispositivos legais existentes e formas de auxílio às vítimas. A campanha nacional não é à toa: o Brasil é o quinto país onde mais se matam mulheres no mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). As iniciativas voltadas à proteção das vítimas, no entanto, têm aumentado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, ao longo dos anos, vem trabalhando em prol dessas mulheres em diferentes frentes. A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) assessora a Presidência do TJSP nas atividades de combate e de prevenção à violência de gênero. O setor, que tem como coordenadora a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e vice coordenadora a desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, fornece subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias e atua na interlocução com a rede de atendimento à mulher, composta por órgãos governamentais e não governamentais. Saiba mais no portal da Comesp.

No primeiro semestre de 2022 a Justiça paulista concedeu 42.216 medidas protetivas em todo o estado, aumento de 16,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Previstas nos artigos 22, 23 e 24 da Lei Maria da Pena, proíbem algumas condutas do agressor, como aproximação e contato, seja físico ou virtual, além de proporcionar auxílio, acompanhamento e proteção à vítima. Os pedidos são analisados pelo Judiciário em até 48 horas.

## Denuncie!

Por meio da Delegacia Eletrônica, serviço virtual e gratuito, é possível registrar boletim de ocorrência de forma rápida e segura (passo a passo). Já a Central de Atendimento à Mulher, que atende pelo número 180, funciona também de forma gratuita e confidencial, 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e rede de atendimento e acolhimento. Confira outros contatos:

- Comesp: (11) 3538-9034 / 9035 / 9038 / 9039

[comesp@tjsp.jus.br](mailto:comesp@tjsp.jus.br)

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - Sala 1317 – CEP 01501-900 – Centro – São Paulo

- Disque Direitos Humanos - Disque 100
- Polícia Militar - 190
- Guarda Civil Municipal - 153 | (11) 4428-1700 | 4421-8244 | 4997-2422 | 4461-8289
- Defensoria Pública - (11) 94220-9995 | 0800 773 4340 | [defensoria.sp.def.br](http://defensoria.sp.def.br)
- Ministério Público - (11) 3119-9000

## Conheça alguns dos projetos do TJSP:

**Carta de Mulheres:** as vítimas (ou qualquer pessoa que queira ajudar uma mulher vítima de violência) acessam o formulário on-line e preenchem os campos. Uma equipe especializada da Comesp responde com as orientações. Nas respostas, são informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. As respostas levam em consideração a situação de cada mulher e o tipo de violência (física, psicológica, patrimonial etc.). Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes. O sigilo é garantido. O programa se destina exclusivamente a fornecer orientações.

**#ROMPA:** em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), o TJSP lançou o projeto, com várias ações ao longo de 2021, para combater todos os tipos de violência contra as mulheres, incluindo o Prêmio #Rompa, que teve como objetivo identificar e disseminar projetos de combate à violência de gênero realizados no Estado de São Paulo. O prêmio recebeu 58 inscrições em duas categorias: 11 em Magistrado e 47 em Sociedade Civil. Os vencedores foram os projetos Somos Marias, na categoria Magistrado, e Aplicativo PenhaS, na categoria Sociedade Civil.

Outro exemplo é a participação da Corte paulista na **Casa da Mulher Brasileira** desde sua inauguração, em 2019. Localizada no bairro do Cambuci, na Capital, a casa presta serviços integrais e humanizados para mulheres em situação de violência. Com 3.659 m<sup>2</sup> e atendendo 24 horas por dia, sete dias por semana, o local possui serviços de acolhimento e escuta qualificada por meio de equipe composta também por Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, um destacamento do programa Guardiã Maria da Penha da Guarda Civil Metropolitana e até um alojamento de acolhimento provisório para os casos de ameaça à vida.

*N.R.: texto originalmente publicado no DJE de 2/8/22.*

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / MK (layout)

[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## Começa nesta segunda-feira (15) a 21ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

15/08/2022



*Campanha concentra julgamentos de violência doméstica.*

A 21ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça de todo país, tem início hoje (15) e vai até o dia 19 de agosto. Ao longo da semana, haverá um esforço concentrado para realização de audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de Femicídio.

Durante a 20ª edição, ocorrida em março deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), contabilizou 1.217 medidas protetivas de urgência e 5.110 processos com sentença ou decisão. Em relação a sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência contra a mulher, o número chegou a 573, enquanto sem resolução, 273. No total, foram 4.543 despachos proferidos e 146 sessões de júri realizadas. Nos formatos híbrido, presencial e virtual, foram realizadas 1.207 audiências, além de 203 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha.

As Semanas Justiça pela Paz em Casa ocorrem em três épocas do ano que marcam datas importantes de sensibilização pela igualdade de gênero: o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; a data de sanção da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em 7 de agosto; e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 25 de novembro. Com a edição da Portaria CNJ nº 15/2017 e da Resolução CNJ nº 254/2018, a Semana Justiça Pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e passou a ocorrer de forma contínua. A primeira campanha foi realizada em março de 2015.

**Tabapuã** - Na Comarca de Tabapuã haverá uma série de atividades relacionadas ao tema, sob a coordenação da juíza Patrícia da Conceição Santos, englobando os municípios de Tabapuã, Catiguá e Novais. Palestras, atividades em escolas, distribuição de materiais informativos e outras ações terão apoio

das Prefeituras locais e respectivas secretarias de Saúde e Assistência Social. Algumas atividades ocorrerão ao longo de todo o mês de agosto, como o mutirão de atualizações dos cadastros únicos vencidos há dois anos ou mais de famílias beneficiárias de auxílios governamentais, a fim de evitar a suspensão dos benefícios ofertados.

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / Internet (foto)  
[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## TJSP instala Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Mogi das Cruzes

15/08/2022



*Estrutura de atendimento ao cidadão é aprimorada.*

A Comarca de Mogi das Cruzes recebeu, na última sexta-feira (12), a instalação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A solenidade de instalação aconteceu no Salão do Júri do fórum criminal e foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ricardo Mair Anafe, com a presença do prefeito de Mogi, Caio Cunha; do presidente da Câmara Municipal, vereador Marcos Paulo Tavares Furlan; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Fernando Antônio Torres Garcia; do coordenador-adjunto da 45ª Circunscrição Judiciária (CJ) – Mogi das Cruzes, desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda; do coordenador da 30ª CJ – Tupã, desembargador José Helton Nogueira Diefenthaler Júnior; e muitos magistrados, promotores, advogados, defensores públicos, servidores e jurisdicionados.

A unidade, que está atrelada à 2ª Vara Criminal, terá uma equipe exclusiva, com cinco funcionários, sob o comando do juiz Davi de Castro Pereira Rio. Tem competência para conhecer, processar, julgar e executar as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher e os cerca de quatro mil processos que estão em andamento na comarca serão redistribuídos para o Anexo, que também será responsável pelos novos feitos e pela análise dos pedidos de medidas protetivas de urgência. Esse será o 10º Anexo da Justiça paulista, que também tem 20 varas de Violência Doméstica. Nas comarcas em que não há unidade especializada, o atendimento é realizado por uma das varas criminais ou judiciais.

A juíza diretora do fórum de Mogi das Cruzes, [Ana Carmem de Souza Silva](#), destacou em seu discurso a atuação dos magistrados que a antecederam no posto e da comunidade local para que a instalação se tornasse uma realidade e afirmou que o anexo é um avanço da estrutura do Poder Judiciário na comarca. “É um marco porque possibilita oferta de melhor estrutura às vítimas de violência doméstica, em especial os serviços de assistência social e psicologia, previstos no termo de convênio firmado com a Prefeitura. É sem dúvida uma grande conquista para a nossa cidade e comarca.”

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Mogi das Cruzes, Dirceu Augusto da Câmara Valle, falou sobre a conquista coletiva de todos os integrantes do sistema de Justiça na região. “Só queria reiterar a generosidade das palavras da juíza Ana Carmem, sobre a atuação conjunta para a instalação do anexo. Vossa Excelência disse muito bem: esse anexo é tão necessário nos tempos atuais e lamentavelmente temos que nos preocupar com essa prestação jurisdicional”, afirmou o advogado.

Na ocasião, o presidente do TJSP, Ricardo Anafe, e o prefeito de Mogi das Cruzes, Caio Cunha, assinaram convênio para atendimento de assistência social e psicologia para as vítimas de violência doméstica. Em seu discurso, o prefeito agradeceu a todos os envolvidos na instalação, que considerou um conquista para a cidade. “Essa é uma pauta sensível e no período da pandemia os casos aumentaram ainda mais”, disse. Ele também abriu a palavra para a vice-prefeita, Priscila Yamagami. “O ideal era que não precisássemos da instalação desse anexo. Que o nível de consciência não exigisse essa ferramenta, mas sabemos que essa é uma caminhada e vamos trabalhar forte para que a gente alcance esse dia”, disse a vice-prefeita.

Último a discursar, o presidente Ricardo Anafe falou sobre a satisfação de retornar à comarca de Mogi das Cruzes, onde trabalhou como juiz da 1ª Vara Criminal, no ano de 1987. Ele reforçou questões apontadas pelo prefeito e pela vice-prefeita, sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia e a sonho de que, um dia, unidades especializadas no tema não sejam mais necessárias. “A Violência Doméstica compromete a sociedade brasileira e o TJSP tem esse cuidado com o tema. Foi o primeiro a ter um serviço especializado nessa área, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – Comesp –, e temos muitas iniciativas de juízes do Estado, com ações preventivas”, destacou.

Após a instalação, o presidente visitou o Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e conversou com os funcionários que atuarão no setor. Também percorreu as demais unidades do fórum e recebeu informações sobre o dia a dia de trabalho, volume de processos, fluxo de atendimento, entre outras questões.

Também prestigiaram a instalação o secretário da Promotoria de Justiça de Mogi das Cruzes, promotor de Justiça Renato Moreira Guedes, representando o procurador-geral de Justiça de São Paulo; o defensor público coordenador regional de Mogi das Cruzes, Horácio Xavier Franco Neto, representando o defensor público-geral de São Paulo; o juiz assessor do Gabinete Civil Executivo da Presidência do TJSP Fausto José Martins Seabra; os juízes diretores de fóruns Ricardo Tseng Kuei Hsu (Suzano) e Alexandre Muñoz (Itaquaquecetuba); a conselheira e integrante da Comissão Mista de Assuntos Institucionais entre TJSP, OAB e Defensoria, Roberta Guitarrari Azzone Colucci, representando a presidente da OAB - Seção São Paulo; o presidente da OAB – Subseção de Mogi das Cruzes, Dirceu Augusto da Câmara Valle; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sidney Mendes de Souza; o comandante do 17º BPM-I, tenente coronel PM Manoel Ferreira Neto; o integrante da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos major PM Jair Izidoro; o delegado de Polícia Seccional Mogi das Cruzes, Paul Henry Bozan Verduraz; a supervisora da Patrulha Maria da Penha, Maria Zigante, representando o comandante da Guarda Civil Municipal de Mogi das Cruzes; a presidente da ONG Recomeçar, Rosana Pierucetti; o coordenador do curso de Direito do Centro universitário Braz Cubas, professor doutor Ivan de Oliveira Silva Durães; o representante do deputado estadual Estevam Galvão de Oliveira, Alexandre Batalha; e os vereadores Ines Paz, Fernanda Moreno, Carlos Lucareski e Eduardo Ota.

### Reunião com magistrados

Antes da solenidade, o presidente e o coordenador adjunto da 45ª CJ – Mogi das Cruzes, desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, reuniram-se com os magistrados da comarca para apresentar informações sobre a gestão do Tribunal, conversar sobre as atividades do Judiciário e esclarecer dúvidas dos juízes. Entre os assuntos tratados estavam estrutura cartorárias, concursos de servidores e magistrados, projetos de gestão, instalações de varas, custas processuais, entre outros temas.

Mais fotos no [Flickr](#).

Comunicação Social TJSP – CA (texto) / KS (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

## XVI edição da Jornada Lei Maria da Penha acontece na próxima terça-feira (23)

Institucional - 17/08/2022



*Coordenadora da Comesp representará o TJSP.*

A XVI edição da **Jornada Lei Maria da Penha**, evento anual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrerá no dia 23 de agosto, das 10 às 17 horas. Realizada desde 2007 para celebrar o aniversário da Lei nº 11.340/06, a edição deste ano ocorrerá de forma híbrida, com transmissão ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube. A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), participará do evento, representando o presidente do TJSP, desembargador Ricardo Mair Anafe.

O evento destina-se a magistrados e magistradas do Poder Judiciário, servidoras e servidores e demais interessados. A programação conta com painéis e oficinas em que serão abordados o crime de violência psicológica, aplicação da Lei Maria da Penha e julgamento com perspectiva de gênero aplicado à violência doméstica. A juíza do TJSP Maria Domitila Prado Manssur será uma das debatedoras do Painel II - Desafios para a aplicação da Lei Maria da Penha. Ao final, será produzida uma Carta onde são apresentadas as propostas de ação para aprimorar a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Interessados em participar das oficinas presenciais podem se inscrever até o dia 22 de agosto, por meio do formulário eletrônico.

*\*Com informações do CNJ.*

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / CNJ (arte)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## EPM e Comesp promovem curso sobre programas voltados aos agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher

---

Cursos - 19/08/2022



*Evento segue Recomendação 124/22 do CNJ.*

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), realizou, na última quarta-feira (17), o curso on-line **Programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher – Recomendação 124/22 do (CNJ)**, com exposição dos professores Flávio Urra e Sérgio Barbosa. Com mais de 500 inscritos, o curso busca efetivar medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial), em cumprimento à Recomendação nº 124/22

do Conselho Nacional da Justiça, e está em consonância com a 21ª edição da Campanha "Justiça pela Paz em Casa", promovida pelo CNJ e realizada entre 15 e 19/8 nos Tribunais de Justiça do país.

A abertura dos trabalhos foi feita pela desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, conselheira da EPM, representando o diretor da Escola, e vice coordenadora da Comesp. Ela agradeceu a participação de todos e o trabalho da coordenadora da Comesp, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, e da juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da mesma coordenadoria. "Nessa semana comemoramos a 21ª edição da campanha nacional 'Justiça pela Paz em Casa', ao ensejo do 16º aniversário da Lei Maria da Penha. Sabe-se que não basta a punição do agressor. É preciso conscientização, educação e mudança de paradigmas, que são relevantes ferramentas para romper esse ciclo da violência", ressaltou.

Iniciando as exposições, Sérgio Barbosa esclareceu que, nos grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, a ênfase é identificá-lo como autor de uma agressão e saber em que momento ele agiu assim, desfazendo a imagem de "agressor 24 horas". O palestrante acrescentou que o processo vai além de uma simples reflexão e utiliza elementos da sociologia, psicologia, medicina, educação, filosofia e antropologia para lidar com um fenômeno tão complexo como a violência contra a mulher. "O atendimento aos homens autores de violência baseia-se na ideia de que o sujeito deve reconhecer e responsabilizar-se pela violência que cometeu ou se envolveu, procurando novas formas de expressão não violentas", ressaltou.

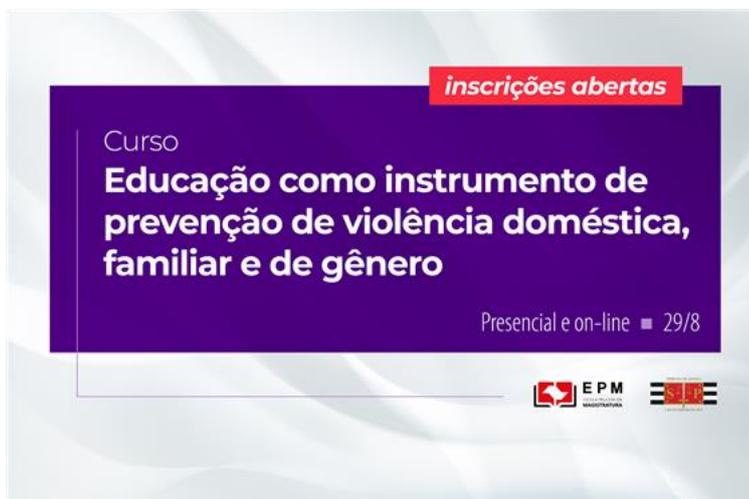
Na sequência, Flávio Urra explicou o funcionamento do grupo reflexivo "E agora, José?", que completa oito anos de atuação e atualmente é realizado virtualmente, em âmbito nacional, envolvendo o TJSP, a entidade "Entre Nós Assessoria Educação e Pesquisa" e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária. Ele esclareceu as principais ações sobre masculinidades e a metodologia do grupo, que tem 23 encontros. "Nossa maior dificuldade é acessar os homens, porque há pouca adesão espontânea. Mas aqueles que são obrigados a participar para conseguir suspensão condicional da pena reconhecem a importância do programa. As mortes por Femicídio são evitáveis se fizermos um trabalho em rede com mulheres e homens para a mudança da cultura machista. Se aprenderam a ser violentos, podem aprender a ser menos violentos", frisou.

Comunicação Social TJSP – RF (texto) / PS (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

## Uso da educação como instrumento de prevenção de violência doméstica será debatido na EPM

23/08/2022



*Inscrições podem ser feitas até quinta-feira (25).*

A Escola Paulista da Magistratura (EPM) realizará no dia 29 de agosto o curso **Educação como instrumento de prevenção de violência doméstica, familiar e de gênero**, sob a coordenação da desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e das juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa. O objetivo é apresentar a importância do apoio e da integração operacional do Poder Judiciário para a efetivação da Lei nº 14.164/21, que incluiu conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e instituiu a “Semana escolar de combate à violência contra a mulher”. O evento será realizado das 9 às 12 horas no auditório do 1º andar da Escola.

A participação é gratuita e aberta aos públicos interno e externo. São oferecidas 70 vagas presenciais e 600 vagas para a modalidade a distância. Haverá emissão de certificado àqueles que apresentarem frequência integral.

As [inscrições](#) estão abertas até o dia 25 de agosto. Os inscritos serão matriculados automaticamente, respeitado o número de vagas. Mais informações no [edital](#).

Programa:

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp)

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida – desembargadora do TJSP

Programa “Roteiro único de trabalho humanizado”

Ruth Duarte Menegatti – juíza do TJSP

Programa “Flor de Lis”

Patrícia da Conceição Santos – juíza do TJSP

Educação preventiva na perspectiva dos direitos humanos

Denise Alves Freire – psicoeducadora

Escola da Ponte (Portugal): um exemplo de educação na cidadania pautada nos direitos humanos

Fátima Pacheco – cientista da Educação

Comunicação Social TJSP – MA (texto) / LS (arte)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## ***Comesp divulga balanço da 21ª Semana da Justiça pela Paz em Casa***

---

Campanhas - 25/08/2022



*Comarcas realizaram ações de conscientização.*

A 21ª Semana da Justiça pela Paz em Casa – iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica –, realizada de 15 a 19 de agosto, contou com diversas iniciativas e um esforço conjunto para realização de audiências relacionadas ao tema. No período foram concedidas 1.114 medidas protetivas e registrados 5.072 processos com sentença ou decisão em todo o estado de São Paulo.

No total, o Judiciário paulista proferiu 4.301 despachos e realizou 17 sessões de júri, bem como foram 20 sentenças de conhecimento criminais com mérito em Femicídio.

Com apoio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), registrou-se uma média diária de 308 magistrados e 1.014 servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo atuando em ações ligadas à campanha. Foram realizadas 1.032 audiências, sendo: 868 audiências de instrução (sessão pública que conta com a presença das partes, advogados e testemunhas, que produzem os elementos probatórios de convencimento do magistrado) e 25 audiências preliminares (oportunidade que as partes têm para chegar a um acordo), de acolhimento (que permite a verificação, pelo julgador, do cumprimento das medidas protetivas concedidas) e justificação (que possibilita ao juiz verificar os requisitos autorizadores das medidas protetivas postuladas), além de 139 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha.

Em todo o estado existem 20 Varas especializadas em Violência Doméstica e dez Anexos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o mais recente instalado no último dia 15, em Mogi das Cruzes. Nas comarcas em que não há unidade especializada, o atendimento é realizado por uma das varas criminais ou judiciais.

Adamantina, Capital, Limeira, Peruíbe, Santo André e Tabapuã foram realizadas ações especiais durante a semana. Confira:

### **Adamantina**

“Acreditamos que a evolução humana é decorrente da relação mútua entre o conhecimento e os seres humanos. Nossos valores éticos, relacionamentos e nossa carreira são construídos por meio do conhecimento. Por isso, idealizamos diversas ações no âmbito da educação preventiva”, afirmou a juíza Ruth Duarte Menegatti, da 3ª Vara de Adamantina, que coordenou os trabalhos em Adamantina e Pacaembu.

Foram realizadas capacitações e palestras a educadores, com objetivo de habilitá-los a prestar apoio institucional, promover ações informativas e formativas, desenvolver seminários, bem como ajudá-los a se tornarem multiplicadores para capacitar demais servidores. Também acompanharam algumas palestras alunos da rede estadual, que tiveram a oportunidade de participar de uma visita guiada no fórum de Adamantina. “Somamos esforços para impulsionar a reflexão crítica da sociedade sobre origens, causas, consequências e formas de prevenção e combate à violência contra a mulher e ao Femicídio”, disse a magistrada, que também palestrou a agentes penitenciários durante a semana.

A semana contou com a participação do promotor de Justiça Marlon Roberth de Sales, da delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Adamantina Patrícia Tranche Vasques, da psicoeducadora Denise Alves Freire e da educadora e cientista educacional Fátima Pacheco.

### **Capital**

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), realizou, no dia 17, o curso on-line Programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher – Recomendação 124/22 do (CNJ). Com mais de 500 inscritos, o curso buscou debater a efetivação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial).

No próximo dia 29 também será realizado o curso “Educação como instrumento de prevenção de violência doméstica, familiar e de gênero”, sob a coordenação da desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e das juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa. O objetivo é apresentar a importância do apoio e da integração operacional do Poder Judiciário para a efetivação da Lei nº 14.164/21, que incluiu conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e

instituiu a “Semana escolar de combate à violência contra a mulher”. As inscrições encerram-se nesta quinta-feira (25)

### **Catiguá, Novais e Tabapuã**

Sob a liderança da juíza Patrícia da Conceição Santos, em Catiguá ocorreram atividades com crianças, como caminhadas pela paz, leitura de histórias, produção de desenhos, danças ao ar livre e peças teatrais voltadas à prevenção da violência; palestra a pais de alunos da rede pública desenvolvida pela magistrada e pela promotora de Justiça Bruna Maria Buck Muniz sobre o projeto “Flor de Lis”, criado pela magistrada em outubro de 2019, visando combater a violência doméstica, familiar e de gênero; dinâmicas e palestras direcionadas a idosos; e exibição de bandeira da Justiça Pela Paz em Casa durante jogos da região.

Em Novais, aconteceram ações voltada a alunos, como rodas de conversa, distribuição de materiais informativos, passeatas e atividades lúdicas. Já idosos participaram de um bate-papo com a psicóloga Bianca Facci sobre violência contra a pessoa idosa. Também foi organizado campeonato de futsal e teve café com mulheres atendidas pelo “Flor de Lis” e pelo Programa Ação Emergencial de Geração de Empregos e Renda do Município.

Em Tabapuã, atividades por toda semana envolveram diversas instituições, secretarias e centros de referência da cidade. Escolas da região trataram sobre o combate à violência de gênero; a juíza Patrícia da Conceição Santos e outros atores da sociedade local palestraram a funcionários do Supermercado Redemais, professores e pais sobre o assunto; beneficiárias assistidas pela Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS) receberam tratamentos gratuitos de beleza; teve prática de yoga e caminhadas de conscientização. Houve, ainda, divulgação em diferentes lugares do “Flor de Lis”.

### **Limeira**

O juiz Rafael da Cruz Gouveia Linardi, corregedor do Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, juntamente com os juízes Guilherme Lopes Alves Lamas e Rogério Danna Chaib organizaram, no dia 18, um grupo reflexivo voltado a homens condenados por violência doméstica para discutir o que é ser mulher hoje, abordando, entre outros, construções sociais e culturais, bem como conquistas femininas históricas. No encontro, os participantes também debateram como o machismo afeta mulheres e homens e desenvolveram atividades práticas solicitadas pela equipe do fórum.

### **Peruíbe**

A juíza Danielle Camara Takahashi Cosentino Grandinetti, da 2ª Vara de Peruíbe, uma das fundadoras do projeto Somos Marias, realizou, durante a semana, dez palestras em escolas estaduais da cidade para tratar de violência doméstica e familiar, bem como de relacionamentos abusivos. “Saímos dessa semana com a sensação de que transformamos, inspiramos, promovemos a paz e, o principal, com a convicção de que ainda há muito a ser feito”, afirmou a magistrada, que contou com a colaboração da também fundadora do projeto, a assistente Judiciária Rafaela Fernanda Papini Alfino, e da investigadora de Polícia Ivana Caroline da Silva Rocha.

“Fizemos duas rodas de conversa com vítimas de violência doméstica em nossa sala do Somos Marias, localizada no fórum de Peruíbe, o que resultou em um espaço de acolhimento e muita troca”, contou a juíza, que também falou de outro encontro com a participação do promotor de Justiça Orlando Brunetti Barchini e Santos: “Promovemos uma conversa franca com autores de violência doméstica, momento em que foi possível muita reflexão e autoconhecimento”, acrescentou.

### **Santo André**

Integrante da Comesp, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana participou do evento “Elas em Debate”, realizado na Câmara Municipal de Santo André, promovido pela Procuradoria Especial da Mulher, em conjunto com a Escola do Legislativo Vereador José Nanci. Foram abordados os 16 anos da Lei Maria da Penha, o Dia das Promotoras Legais Populares (Lei 9.737/2015) e o Dia Municipal de Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher (Lei nº 10.315/2020). Participaram do evento a delegada da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Santo André, Adrienne Mayer Bontempi; a presidente do Fundo Social de Solidariedade, Ana Claudia Fabris; a advogada e promotora legal popular Maria Luiza Monteiro Canale; a comandante da Guarda Civil Metropolitana (GCM), Vincenzina de Simone; e o presidente da Câmara, vereador Pedrinho Botaro.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / Divulgação (fotos)  
[imprensati@tjsp.jus.br](mailto:imprensati@tjsp.jus.br)

## “Carta de Mulheres” é contemplado no Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral

Projetos - 31/08/2022



*Projeto obteve o segundo lugar na categoria “Tribunais”.*

O Projeto Carta de Mulheres, do Tribunal de Justiça de São Paulo, recebeu o segundo lugar e menção honrosa na categoria “Tribunais” do 2º Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para prestigiar iniciativas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. A cerimônia de premiação aconteceu na noite desta terça-feira (30), no Plenário do CNJ, em Brasília, e está disponível no Youtube.

Representando o TJSP na solenidade, a desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, vice coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), recebeu o prêmio das mãos do juiz federal e conselheiro do CNJ Marcio Luiz Coelho de Freitas, que presidiu a comissão avaliadora do certame. A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de



Almeida é a coordenadora da Comesp. O primeiro lugar na categoria Tribunais ficou com o programa “Botão do Pânico”, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acesse a [lista completa](#) de vencedores.

O Carta de Mulheres foi um dos mais de 160 projetos submetidos à segunda edição do prêmio do CNJ, cujo nome homenageia a juíza Viviane Vieira do Amaral, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, morta pelo ex-marido em dezembro de 2020. Ao todo, seis categorias compuseram a premiação: “Tribunais”, “Magistratura”, “Sistema de Justiça”, “Organizações Não Governamentais”, “Mídia” e “Produção Acadêmica”.

Na abertura da solenidade, o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Luiz Fux, reafirmou a importância da iniciativa para a conscientização da sociedade. “Com a premiação, o CNJ busca fomentar o reconhecimento e a disseminação de ações concretas voltadas à conscientização dos integrantes do Poder Judiciário e da sociedade quanto à necessidade de permanente vigília para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher”, afirmou.

### **Sobre o Projeto Carta de Mulheres**

Lançado há pouco mais de dois anos, o Carta de Mulheres permite que vítimas de violência enviem relato por meio de um formulário online e sigiloso à equipe especializada da Comesp. A partir desse contato, a Coordenadoria fornece orientações diversas, como locais para atendimento adequado, programas de ajuda de instituições públicas ou ONGs, informações sobre medidas protetivas e possíveis desdobramentos em casos de denúncia.

Segundo a Comesp, até agosto deste ano, o programa já atendeu mais de 2,1 mil mulheres de São Paulo e de outros 24 estados do Brasil, além do Distrito Federal. O projeto ganhou visibilidade também no exterior, recebendo cartas de pessoas da Argentina, França e Estados Unidos. Os relatos mais comuns são de vítimas de violência psicológica (1.853), moral (1.442) e física (1.110), sendo os agressores mais recorrentes o marido ou companheiro (697), ex-marido (648) e ex-namorado (224).

O projeto conta também com a participação das magistradas Teresa Cristina Cabral Santana (2ª Vara Criminal e Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santo André); Danielle Galhano Pereira da Silva (18ª Vara Criminal da Capital); Rafaela Caldeira Gonçalves (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste da Capital); Adriana Vicentin Pezzatti de Carvalho (Vara da Comarca de Santa Branca); Lílíana Regina de Araujo Heidorn Abdala (1ª Vara da Comarca de Boituva); Lívia Antunes Caetano (Comarca de Iacanga); e Juliana Silva Freitas (Comarca de Cordeirópolis); e das servidoras Erika Cristina Bomfim Tolare, Fabíola Lucia Guimarães Anauate, Márcia Helena de Castro e Rosely Gomes da Silva.

O Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral não foi a primeira distinção recebida pelo Carta de Mulheres. No começo de agosto, o projeto do TJSP obteve o [primeiro lugar no XX Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça](#), na categoria “Relacionamento com a Mídia”, em virtude do esforço de divulgação que resultou em ampla repercussão da campanha na imprensa.

Comunicação Social TJSP – RD (texto) / CNJ (fotos)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## Educação como instrumento de prevenção de violência doméstica, familiar e de gênero é discutida na EPM

01/09/2022



*Debatida a interação entre Poder Judiciário e escolas.*

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), realizou na segunda-feira (29) o curso **Educação como instrumento de prevenção de violência doméstica, familiar e de gênero**, com exposições da desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, conselheira da EPM e vice coordenadora da Comesp; das juízas Ruth Duarte Menegatti e Patrícia da Conceição Santos, da psicoeducadora Denise Alves Freire e da cientista da Educação Fátima Pacheco. O curso teve cerca de 500 inscritos nas modalidades presencial e a distância.

O diretor da EPM, desembargador José Maria Câmara Júnior, agradeceu a participação de todos, destacando a conselheira da EPM, desembargadora Gilda Alves Barbosa Diodatti, e o trabalho das coordenadoras do curso, que integram a Coordenadoria de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, também coordenadora da Comesp; e as juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa. Ele ressaltou a importância do planejamento estratégico para promover atividades de produção de conhecimento e transmissão de conteúdo. Cumprimentou as palestrantes pelo trabalho consolidado e o sucesso dos projetos, que revelam “papel transformador da realidade, contribuindo para o aperfeiçoamento do serviço público e desenvolvimento da sociedade”.

A desembargadora Gilda Alves Barbosa Diodatti falou sobre o trabalho da Comesp, com destaque para o projeto Rompa, que visa romper paradigmas e o ciclo da violência e criou um prêmio de boas práticas, que teve entre os vencedores, na categoria magistrados, os projetos “Flor de Lis” e “Roteiro único de trabalho humanizado”. “Não há política pública que possa se fortalecer e frutificar em termos de rompimento do ciclo da violência que não passe pela educação, que é a base de tudo”, frisou e esclareceu que o objetivo do

curso é expor a importância da parceria entre o Poder Judiciário e a rede de educação para a implantação da Lei nº 14.164/21, que incluiu conteúdo obrigatório sobre a prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental e médio e instituiu a “Semana escolar de combate à violência contra a mulher”.

A juíza Maria Domitila Manssur explicou as medidas protetivas no âmbito do sistema de Justiça e recordou que a Lei Maria da Penha determinou, como medida de prevenção, a necessidade de incorporar ensinamentos sobre violência contra a mulher nos currículos escolares e sobre a necessidade de comportamentos mais adequados.

Na sequência, a juíza Ruth Menegatti explicou sobre o programa “Roteiro único de trabalho humanizado”, criado em 2008 na região da Alta Paulista, com foco na educação preventiva, desenvolvido juntamente com a psicoeducadora Denise Freire e a cientista da educação Fátima Pacheco, com a parceria do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e as polícias militar e civil. Ela ressaltou que apenas a punição não é suficiente para erradicar a violência contra a mulher. “Precisamos trabalhar com a educação, porque a nossa sociedade é estrutural e culturalmente patriarcal”, considerou. E frisou que a criança que nasce num ambiente de educação e cultura que entenda a igualdade como princípio democrático e humano de convivência social terá outra forma de relação.

A juíza Patrícia Santos explicou sobre o programa “Flor de Lis”, criado em 2019, nas comarcas de Tabapuã, Catiguá e Novais, a partir da reunião de toda a rede de apoio incluindo educação, assistência à saúde, polícias, OAB, Ministério Público e Conselho Tutelar. Ela salientou a importância de a rede de apoio trabalhar em conjunto desde a primeira vez em que a mulher procura ajuda e da capacitação dos agentes para o acolhimento a vítima. Enfatizou o trabalho conjunto de fortalecimento da mulher para que ela consiga romper o ciclo de violência. Destacou também o programa de prevenção “Amor sim, violência não”, realizado em parceria com a rede municipal de ensino e com o programa desenvolvido pelo Judiciário que integra a Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa e demonstrou o engajamento dos estudantes e da população com os programas de combate à violência doméstica.

Denise Freire falou sobre a educação preventiva na perspectiva dos direitos humanos como instrumento de prevenção de violência doméstica, familiar e de gênero. Explicou sobre a experiência com o programa “Roteiro único de trabalho humanizado”, destacando o sucesso do programa e a importância da cooperação entre o Judiciário e a rede de educação para promover a educação preventiva. Acrescentou que como não se pode falar de violência para as crianças, o foco é aprendizagem na resolução de problemas. “Direitos humanos são prerrogativas universais que garantem a todas as pessoas o direito de ser e estar, da forma que eu sou, que eu posso estar, independente de classe social, gênero, religião, etnia ou nacionalidade. É entender que o outro é único, assim como sou única”, considerou.

Por fim, Fátima Pacheco explicou sobre o trabalho pautado nos direitos humanos da Escola da Ponte (Portugal). Ela apresentou um panorama de como a Escola surgiu, a partir de 1976, e como se desenvolveu, explicando o modelo de ensino pautado na realidade social, interação, participação, solidariedade, colaboração, autonomia e auto responsabilização do estudante, interação com a família, educação humanista e o comprometimento com a inclusão social e a formação da cidadania. Esclareceu ainda questões pedagógicas e de gestão organizacional.

Comunicação Social TJSP – RF (texto e fotos)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## Agenda institucional\_TJSP

Institucional - 02/09/2022



### *Reuniões de trabalho no Palácio da Justiça*

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ricardo Mair Anafe, reuniu-se, hoje (2), com as desembargadoras Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, respectivamente coordenadora e vice coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). As desembargadoras entregaram ao presidente o prêmio de segundo lugar e menção honrosa na categoria “Tribunais” do 2º Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recebido pelo Projeto Carta de Mulheres, do Tribunal de Justiça de São Paulo, na cerimônia de premiação ocorrida no último dia 30, no Plenário do CNJ, em Brasília.

Na data de ontem (1º), o presidente Ricardo Mair Anafe se reuniu com a comitiva de Cordeirópolis integrada pelo prefeito José Adinan Ortolan; vice-presidente da Câmara, vereadora Neusa Aparecida Damélio Marcelino de Moraes; presidente da 35ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Limeira, Marcio Fernandes Silva; e pela juíza da Comarca de Cordeirópolis, Juliana Silva Freitas. O juiz assessor da Presidência (Gabinete Civil Executivo) Fausto José Martins Seabra participou da reunião.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / KS e PS (fotos)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## *Judiciário paulista participa da 22ª Semana da Justiça pela Paz em Casa*

Campanhas - 21/11/2022



### *Conferência sobre Projeto Fênix entre atividades programadas.*

Começou nesta segunda-feira (21) a 22ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, iniciativa de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com tribunais brasileiros. A campanha acontece até sexta-feira (25) em todo o país e, além de um esforço concentrado para realização de audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de Femicídio, incluirá ações do TJSP, com destacada atuação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). Saiba mais:

**Projeto Fênix** – Na sexta-feira (25), das 10 às 13 horas, acontece webconferência sobre o Projeto Fênix, realizada pela Secretaria Estadual da Saúde, em parceria com a Comesp. O encontro virtual reforça a importância do projeto destinado a atendimento médico reparatório (tratamentos e cirurgias ortopédicas e plásticas) de mulheres vítimas de violência doméstica, que são encaminhadas pelas varas do Estado que processam esse tipo de crime.

O evento (que será transmitido pelo Youtube) contará com a presença da juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Comesp, e das representantes da Secretaria Sylmara Berger Del Zotto e Albertina Duarte Takiuti. Um dos objetivos do encontro é orientar magistrados sobre o encaminhamento das vítimas de violência para atendimento.

**Seminário EPM** – Também na sexta-feira, das 9 às 13 horas, no auditório da Escola Paulista da Magistratura (EPM), será realizado o seminário “Abordagem Interinstitucional do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero”. Promovido pela EPM e Comesp, o encontro aborda a necessidade do processo e julgamento com perspectiva de gênero, bem como a importância da tipificação de delitos geralmente associados a esse tipo de violência e da análise do pedido, da concessão e da fiscalização das medidas protetivas de urgência e da posição processual da vítima.



Com coordenação da desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e das juízas Maria Domitila Prado Manssur e Gina Fonseca Corrêa, integrantes da Comesp, o evento contará com três painéis que discutirão as diferentes nuances do tema. Entre as presenças confirmadas estão a presidente do Superior Tribunal de Justiça, Maria Thereza de Assis Moura, e do diretor da EPM, desembargador José Maria Câmara Júnior, além de juízes, advogadas e promotoras. As inscrições vão até o dia 23 de novembro e a programação completa pode ser acessada neste link.

**Tabapuã** - Durante toda a semana, os municípios de Tabapuã, Catiguá e Novais promoverão uma série de ações de conscientização com a população, incluindo iniciativas integradas com secretarias de Esporte, Saúde, Educação e Assistência Social. Estão previstas oficinas, palestras, distribuição de panfletos informativos, carros de som, encontros com crianças e adolescentes e eventos culturais. As ações são coordenadas pela juíza Patrícia da Conceição Santos, da Vara Judicial de Tabapuã.

### **Sobre o Semana Justiça Pela Paz em casa**

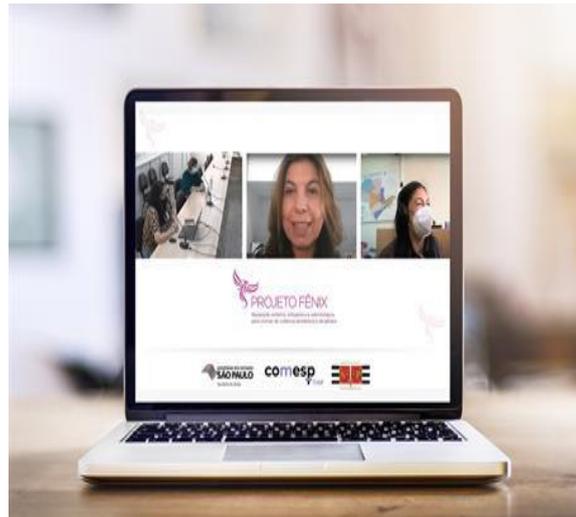
Instituída em 2015, a campanha ocorre em três épocas distintas do ano, marcando datas importantes de sensibilização pela igualdade de gênero: o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; a data de sanção da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em 7 de agosto; e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 25 de novembro.

Na última edição, realizada entre os dias 15 e 19 de agosto, a atuação do TJSP ficou registrada com números significativos: foram concedidas 1.114 medidas protetivas e registrados 5.072 processos com sentença ou decisão em todo o estado. No total, o Judiciário paulista proferiu 4.301 despachos e realizou 17 sessões de júri, bem como 20 sentenças de conhecimento criminais com mérito em Femicídio. Mais de 300 magistrados e 1.000 servidores participaram da iniciativa.

Comunicação Social TJSP – RD (texto) / AD (arte)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## **Webconferência reforça papel do “Projeto Fênix” no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica**

Projetos - 25/11/2022



*Comesp e Secretaria Estadual da Saúde participaram do evento.*

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) e a Secretaria Estadual de Saúde realizaram, nesta sexta-feira (25), uma webconferência sobre o “Projeto Fênix”, iniciativa conjunta destinada ao atendimento médico reparatório a mulheres vítimas de violência. O evento, que integra a 22ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, contou com a participação da juíza integrante da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana, da médica Sylmara Berger Del Zotto e das representantes da Área Técnica de Saúde da Mulher, Marisa Ferreira da Silva Lima e Suzete dos Santos Alves.

A webconferência marcou o reforço do projeto após as restrições impostas pela pandemia nos últimos anos. Durante o encontro foram divulgadas informações sobre como é feito o encaminhamento, por parte dos juízes, das vítimas ao programa, bem como foi apresentado balanço de todos os atendimentos realizados, como avaliações clínicas, tratamentos e cirurgias ortopédicas e plásticas. Também foram abordadas as perspectivas para 2023, que incluem ampliação do programa para outras regiões do Estado, sensibilização de áreas envolvidas, capacitação de equipes regionais para acolhimento e tratamento e realização de eventos on-line a cada quatro meses e um seminário com experiências exitosas. A médica Sylmara Berger Del Zotto trouxe dados sobre a violência doméstica na pandemia: entre 2019 e 2022, as notificações de casos mantiveram uma média próxima a 40 mil por ano. Para ela, embora o Projeto Fênix já tenha um caráter multidisciplinar, é necessário um esforço conjunto de todo o poder público para potencializar ainda mais o atendimento. “Precisamos da união com outras Secretarias para que, com a apresentação desses números, consigamos ter um entendimento maior e uma política de redução da violência doméstica no Estado”, afirmou. A juíza Teresa Cristina Cabral Santana, que representou o TJSP na webconferência, valorizou a iniciativa de fortalecer o “Projeto Fênix” no contexto de enfrentamento a essa triste realidade. “É uma oportunidade



bastante importante de retomarmos o diálogo. A violência contra mulher tem uma série de feições e fazer uma política pública que torne possível que essa vítima consiga retomar a vida de uma maneira digna é imprescindível para que a gente possa, efetivamente, mudar essa realidade social”, afirmou a magistrada. A integrante da Comesp destacou a importância da Lei Maria da Penha, instituída em 2006, que normatizou o enquadramento desse tipo de violência como uma forma de violação aos direitos humanos, trazendo para a esfera pública discussões que antes pertenciam ao âmbito privado de cada família. A legislação também tem grande papel ao conferir às autoridades o dever de estabelecer, de forma articulada, políticas públicas para combater esse tipo de crime. “Sem política pública, a mulher não tem condição de sair dessa violência. A Lei Maria da Penha traz esse instrumental e o Projeto Fênix é uma dessas políticas. É a lei que traz todo o aparato jurídico para que a mulher consiga deixar essa situação”, concluiu. Outros temas abordados no encontro foram a atenção especial que deve ser dada às vítimas em situação de vulnerabilidade e a importância de um atendimento empático e que estabeleça relação de confiança, de modo a evitar que essas mulheres interrompam o tratamento e retornem ao ciclo de violência a que são submetidas.

O evento está disponível na íntegra neste link.

Comunicação Social TJSP – RD (texto) / PS (fotos)  
[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## *Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero é debatido na EPM*

Cursos - 28/11/2022



*Presidente do STJ fez a exposição inicial.*

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), promoveu na sexta-feira (25), Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, o seminário **Abordagem interinstitucional do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero**, que trata da implementação das políticas nacionais estabelecidas pelas resoluções 254/20 e 255/20 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativas, respectivamente, ao enfrentamento da violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário e ao incentivo à participação feminina. O evento teve mais de 300 inscritos nas modalidades presencial e a distância.

Na abertura dos trabalhos, o diretor da EPM, desembargador José Maria Câmara Júnior, agradeceu a participação de todos, em especial da presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, e o trabalho das coordenadoras do seminário, que integram a Coordenadoria de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EPM. Ele enfatizou a atualidade e importância do tema, frisando que a Escola cumpriu todas as resoluções do CNJ relativas à capacitação de magistrados e servidores em temas relacionados ao combate à violência doméstica, familiar e de gênero, bem como as metas de capacitação do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo. A mesa de abertura também foi composta pelos desembargadores Wanderley José Federighi, presidente da Seção de Direito Público do TJSP; e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Comesp, da Coordenadoria de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EPM e do evento. Iniciando as exposições, a ministra Maria Thereza de Assis Moura apresentou um panorama da evolução legislativa nos âmbitos nacional e internacional, enfatizando a importância de se alcançar a equidade a fim de preservar o direito de homens e mulheres. Ela explanou sobre o julgamento com perspectiva de gênero no âmbito das escolas judiciárias, o atendimento qualificado pelos órgãos do sistema de Justiça e a metodologia de julgamento. Destacou a campanha Sinal Vermelho, a instituição do Formulário Nacional de Avaliação de Risco pela Lei nº 14.149/2021, a criação do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência

e o programa Justiça pela Paz em Casa. “Nós temos os meios para melhorarmos nessa questão de violência de gênero, contanto que o juiz tenha esse olhar e saiba aplicar esses mecanismos”, salientou. Em participação on-line, a procuradora de Justiça do Ministério Público de Goiás Ivana Farina Navarrete Pena falou sobre as resoluções 254/20 e 255/20 do CNJ e apresentou casos de aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero na jurisprudência do STJ. “Com a repetição dos preconceitos e dos estereótipos, nos afastamos da igualdade preconizada na Constituição Federal e na Convenção de Belém do Pará”, ressaltou.

Também de maneira on-line, a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo Fabiana Dal'Mas Rocha Paes falou sobre a importância de todos os integrantes do sistema de Justiça aplicarem o Protocolo e enfatizou que não se trata de uma faculdade e sim do dever de cumprir o ordenamento jurídico, inclusive os tratados internacionais a ele incorporados. “É uma questão de direitos humanos e de cumprir a lei”, salientou.

O segundo painel, “Violência contra a mulher na perspectiva do documento – violências física, psicológica e patrimonial”, foi mediado pela juíza Gina Fonseca Corrêa, também coordenadora da Coordenadoria de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EPM e do seminário. Participaram como expositores o juiz Mario Rubens Assumpção Filho, que falou sobre o crime de perseguição (*stalking*); a promotora de Justiça Fabiola Sucasas Negrão Covas, que discorreu sobre a violência institucional; e a advogada Izabella Borges, que falou sobre a violência patrimonial. Izabella Borges lembrou que a inquisição dos séculos XIV ao XVIII cometeu genocídio contra as mulheres, que representavam 85% das vítimas, sendo que os 15% eram seus apoiadores. E recordou que, por praticarem medicina e serem parteiras, com intuição e sensibilidade afloradas, muitas mulheres tinham fama e isso incomodava os homens, o que originou o movimento de desqualificar as mulheres com estereótipos que ainda persistem.

O último painel foi mediado pela juíza Maria Domitila Prado Manssur, também coordenadora da Coordenadoria de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EPM e do seminário, e versou sobre a aplicação do Protocolo no âmbito das questões de Direito Processual (análise do pedido, concessão e fiscalização das medidas protetivas de urgência), do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e da posição processual da vítima no processo, com exposições da juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves, conselheira da EPM, da promotora de Justiça Valéria Diez Scarance Fernandes e da advogada Alice Bianchini. Também participaram do evento os desembargadores Gilson Delgado Miranda, vice-diretor da EPM; Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, conselheira da EPM e vice coordenadora da Comesp; Flora Maria Nesi Tossi Silva, coordenadora do Núcleo Estratégico de Demandas de Direitos Fundamentais do TJSP (Neddif); e Marcia Regina Dalla Dea Barone, e os juízes Maria Fernanda Belli, assessora da Corregedoria Geral da Justiça, representando o corregedor; Antônio Maria Patiño Zorz, Maria Cláudia Bedotti, Maria Paula Cassone Rossi e Renata Mahalem da Silva Teles, entre outros magistrados, servidores e outros profissionais.

Comunicação Social TJSP – RF (texto) / MB e RF (fotos)  
imprensatj@tjsp.jus.br

## ***Comesp participa do V Encontro do Cocevid e do XIV Fonavid, em Belém***

**Institucional - 05/12/2022**



*Magistrados debateram combate à violência de gênero.*

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) participou do V Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), representada pelo juiz Wendell Lopes Barbosa de Souza. Ele também participou do XIV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid). Ambos foram sediados pelo Tribunal de Justiça do Pará, em Belém, entre os dias 29/10 e 2/11. Os eventos reuniram magistrados de todo o país e especialistas em diversas áreas, com palestras, painéis e outras ações.

Durante o encontro, o juiz integrante da Comesp foi eleito para compor a nova diretoria do Cocevid, que será presidida pela desembargadora Ana Lúcia Lourenço, do Tribunal de Justiça do Paraná. “Com muita honra e satisfação, o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Comesp, se fez presente no V Cocevid e XIV Fonavid, ocasião em que foram divulgadas todas as inúmeras ações desenvolvidas pela Coordenadoria ao longo do ano de 2022, visando o combate à violência doméstica e contra a mulher pelo Tribunal que conta com o maior número de varas especializadas no país – são 31. O trabalho prossegue com fôlego no ano de 2023”, afirmou Wendell de Souza.

O primeiro dia contou com programação dedicada ao V Encontro Cocevid, que aconteceu na sede do Tribunal de Justiça do Pará. Além da eleição da nova diretoria, foram apresentados projetos e ações das coordenadorias de combate à violência doméstica dos tribunais do país. A atual presidente do Colégio, desembargadora Paula Cunha (TJMG), enalteceu a integração entre os dois eventos. “O propósito é buscar maior aproximação entre Cocevid e Fonavid para que se reforce e se atualize o entendimento dos



magistrados na questão da violência contra a mulher”, pontuou. O tema do Fonavid deste ano foi “Sistema de Proteção às Pessoas de Gênero Feminino: Transversalidades e Interseccionalidades”.

A presidente do Fonavid, juíza Ana Cristina Mota (TJPE), também falou da aproximação com o Cocevid em seu discurso de abertura. “Nossos propósitos são os mesmos. O que vocês têm a passar para nós é sempre muito inspirador”, disse a magistrada.

O Fórum seguiu até sexta (2) com palestras, painéis, oficinais, apresentações de projetos, estudos, pesquisas e ações culturais, com destaque para discussões multidisciplinares sobre assuntos como a política nacional de enfrentamento à violência doméstica sob a ótica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); um panorama do sistema convencional dos direitos humanos das mulheres e sua aplicação no Direito brasileiro; o diálogo entre grupos reflexivos de autores de violência e a Justiça Restaurativa; criminologia e processo penal feminista; entre outros. O evento também teve votação de enunciados e eleição da nova diretora do Fonavid, que será presidida pela magistrada Katerine Kitsos (TJRJ).

O Fórum foi criado em março de 2009, durante a III Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em parceria entre o Ministério da Justiça, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já o Cocevid surgiu em 2018, durante a décima edição do Fonavid, com o objetivo de aperfeiçoar o enfrentamento da violência contra as mulheres pelo Judiciário, estimular a troca de conhecimento e experiências entre seus integrantes e uniformizar métodos e critérios administrativos e judiciais, bem como projetos e práticas implementadas, observadas as peculiaridades de cada região.

Comunicação Social TJSP – RD (texto) / Internet (foto)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

# **COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO 2022**



## COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA Nº 8.554/2012

Coordenadora - <b>CSV</b> :	Fabíola Lúcia Guimarães Anauate
Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – <b>CSV 1</b> :	Erika Cristina Bomfim Tolare
Supervisora de Serviço de Expediente Agente de Serviço Judiciário:	– <b>CSV 2</b> : Rosely Gomes da Silva Marcia Helena de Castro

## LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO – CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - salas: 1317 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP  
Telefones.: (11) 3538-9034; 3538-9035; 3538-9038 e 3538-9039

e-mail: [comesp@tjsp.jus.br](mailto:comesp@tjsp.jus.br)